

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia  
relacionadas com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2008**

**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo (pós 15/06/2008)  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

Bush quer fim de barreira para exportação – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/05/2008 .....	4
Argentina e Brasil, próximos e distantes – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/05/2008 .....	4
Oportunidades na cúpula de Lima – Stefan Bogdan Salej – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/05/2008 .....	6
Acervo digital traz documentos da luta no campo – Sítio Eletrônico do MDA – 06/05/2008 .....	7
UE diz a Mercosul que prioridade é Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008 .....	9
Subsídios podem ter sido omitidos, aponta estudo - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2008.....	10
Brasil e EUA negociam Doha e etanol em Roma - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 12/05/2008 .....	10
Brasil cobra solução em Doha para tarifa americana – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 13/05/2008.....	12
Doha vale menos do que cobram, diz Amorim - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 15/05/2008 .....	12
Reunião não obtém acordo sobre etanol – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008.....	14

## Segunda Quinzena

<b>Interessa muito ao Brasil a conclusão da Rodada Doha</b> – Valor Econômico – Opinião - .....	14
Editorial - 16/06/2008 .....	14
<b>Brasil, Índia e China travam Doha, diz Bush</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008 .....	16
<b>Brasil, Índia e China travam Doha, diz Bush</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008 .....	17
<b>Eleições nos EUA podem atrasar Doha por três anos</b> - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 17/06/2008 .....	18
<b>Argentina e Índia, amizade de verão</b> - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/06/2008.....	19
<b>Bird tacha Brasil de protecionista</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008 .....	21
<b>Se fracassar em julho, Doha só volta em 2010</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008 .....	23
<b>Ricos impõem taxas mais pesadas sobre bens agrícolas</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008 .....	24
<b>Rodada Doha: sem avanço, definição pode atrasar dois anos, diz amorim</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008 .....	25
<b>Múltis de alimento e bebida atacam os biocombustíveis</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 20/06/2008 .....	26
<b>Temores mudam e focos de Doha perdem espaço</b> - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócio - 20/06/2008.....	28
<b>Na defesa do Mercosul, Brasil quase pára Doha, mas impasse foi superado</b> - Assis Moreira De Genebra – Valor Econômico – Brasil - 23/06/2008 .....	28

<b>Roma 1 x Doha 0</b> - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 23/06/2008 .....	30
<b>Avançam negociações para destravar a Rodada Doha</b> – Marcelo Ninio – Folh de São Paulo – Dinheiro – 24/06/2008 .....	32
<b>Argentina reage com cautela à nova sugestão para Doha</b> - Assis Moreira- Valor Econômico – Brasil - 24/06/2008 .....	33
<b>OMC tenta a última cartada para salvar Doha</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2008 .....	34
<b>OMC convoca reunião para "salvar" Rodada Doha ainda neste ano</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/06/2008 .....	35
<b>Lamy marca reunião ministerial, mas Mercosul racha de novo</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2008 .....	36
<b>Para negociadores, Argentina está isolada no Mercosul</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/06/2008 .....	37
<b>AL está dividida com relação à Rodada Doha</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2008 .....	38
<b>Lance crucial na rodada</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 30/06/2008.....	39
<b>Cúpula discute situação de migrantes e crise alimentar</b> - Ariel Palacios, San Miguel de Tucumán, Argentina – Estado de São Paulo – Internacional – 30/06/2008 .....	40

**Bush quer fim de barreira para exportação** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/05/2008

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, pediu ontem que os países eliminem as barreiras para as exportações de produtos agrícolas e defendeu o cultivo de transgênicos.

"Alguns países estão impedindo alimentos de chegarem aos mercados, e pedimos que eles dêem um fim a essas restrições para ajudar a diminuir o sofrimento daqueles que não estão conseguindo comida." Sobre os transgênicos, Bush afirmou que são seguros, resistentes a doenças e seca e podem produzir mais alimentos.

**Argentina e Brasil, próximos e distantes** – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 05/05/2008

A classificação do Brasil como país confiável para investimento, pela Standard & Poor's, marca as diferenças na gestão econômica do país com a vizinha Argentina, no momento em que começam avançar iniciativas de maior integração entre as duas economias. O diploma de bom comportamento para o Brasil contrasta com a heterodoxia na Argentina, onde as tentativas de controle da inflação de alimentos chegam a exageros como a retenção, nos portos, de carne já liberada para exportação. Curiosamente, há muito tempo os dois países não tratavam tão seriamente de medidas para derrubar barreiras entre os dois mercados.

Em curto prazo, até o Brasil é vítima da mão pesada do governo Cristina Kirchner sobre o setor privado. Os consumidores brasileiros de farináceos são obrigados a pagar mais por causa das barreiras impostas à exportação de trigo pela administração argentina. Alimentos, à parte, porém, em breve haverá anúncios importantes de medidas para facilitar o trânsito de mercadorias entre os dois países.

Uma discussão emperrada desde 2004 voltou a marchar e pode trazer novidades na próxima reunião de cúpula do Mercosul, em junho, em Tucumán, na Argentina. Os técnicos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai chegaram a um acordo para acabar com a chamada dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC), um sinal de imperfeição da união aduaneira do Mercosul, que faz com que um importador tenha de pagar duas vezes a tarifa de importação, caso traga uma mercadoria estrangeira para um dos países e resolva transferi-la a outro integrante do bloco.

Se não houver retrocesso de última hora, estará pronto em 2009 um novo sistema de recolhimento e distribuição da receita de imposto de importação, que permitiria aos sócios do Mercosul deixar de cobrar tarifa ao receber importados que já tenham sido tributados na alfândega de algum dos vizinhos.

Pela proposta em detalhamento nos governos do Mercosul, parte da arrecadação do imposto de importação será destacada para uso comum. Uma parcela desses recursos será reunida em um fundo, destinado a financiar a integração produtiva, provavelmente com linhas de apoio a pequenas e médias empresas do bloco. Outra parcela será distribuída pelos sócios.

---

## **UE pede fim da cobrança dupla da TEC**

---

Nessa distribuição, cada sócio levará, do total, um percentual proporcional ao volume de importações sujeitas no país à tarifa externa comum. O Brasil, por exemplo, que tem o equivalente a quase 40% de suas importações em regimes de exceção à TEC e é um dos países com maior índice de produtos sujeitos à tarifa comum, deve levar proporcionalmente uma fatia maior. Os técnicos calculam que a parcela que caberá ao Uruguai e Paraguai, países com listas de exceção à TEC com maior número de produtos, será suficiente para evitar perdas na arrecadação hoje obtida pelas alfândegas.

Nesta semana, os especialistas começam a fazer testes com dados reais da balança comercial dos quatro países, para verificar se não há risco de perda de receita. Até hoje, o Paraguai, que tira até 40% de sua receita orçamentária das tarifas de importação, resistia ao fim da dupla cobrança, alegando temer uma perda séria de recursos. Foi o último país a fornecer os dados sobre tributos nas alfândegas, para permitir avaliação do modelo de cobrança única da TEC.

A cúpula de Tucumán servirá também para anunciar os acertos finais para que o comércio entre Brasil e Argentina dispense o dólar como moeda de referência. Como noticiou Janes Rocha, no Valor, já estão prontos os sistemas para permitir que empresários comprem e vendam mercadorias entre os dois maiores sócios do Mercosul usando moeda local, reais ou pesos.

Faltam dois instrumentos legais e eles serão assinados pelos presidentes em Tucumán: o presidente Lula deverá assinar decreto autorizando o BC brasileiro a outorgar uma margem de crédito de contingência em favor do BC da Argentina, para cobrir eventuais desacertos cambiais, e Cristina Kirchner assinará decreto alterando a lei cambial para considerar, como divisas ingressadas no país, transações em pesos, proveniente de exportação.

O fim da cobrança dupla da TEC é reivindicação da União Européia nas negociações de um acordo de livre comércio com o Mercosul. O avanço das medidas supranacionais no comércio exterior no bloco, com essa iniciativa e com o fim do dólar como moeda de referência nas transações bilaterais colabora para facilitar a vida das empresas que decidem investir na região, voltadas para o mercado do Cone Sul.

Os riscos de instabilidade econômica na Argentina podem, porém, fazer com que os investidores prefiram, para sediar seus negócios, a relativa transparência e segurança do território brasileiro - algo que pode aumentar as queixas dos argentinos contra as "assimetrias" no bloco. Se não houvesse outros, esse é um bom motivo para que o governo brasileiro se empenhe em ajudar a Argentina a dar um rumo mais estável a sua economia.

**Oportunidades na cúpula de Lima** – Stefan Bogdan Salej – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 06/05/2008

PODEM AMÉRICA Latina e Caribe e União Européia formar uma aliança que vai gerar maiores benefícios para as populações mais pobres das duas regiões, melhor qualidade ambiental e melhor qualidade de vida? A América Latina tem como prioridade a América Latina. A União Européia também tem a sua prioridade, que é a própria União Européia.

Mas as duas regiões podem viver uma sem a outra? E como podem conviver juntas num jogo ganha-ganha? Algumas dessas respostas serão dadas em Lima (Peru) em meados deste mês, quando será realizada a 5ª Cúpula União Européia/América Latina-Caribe. A primeira reunião foi há dez anos, no Rio de Janeiro (mais um pioneirismo do Itamaraty), e a última foi em Viena (Áustria), em 2006.

Os temas dessa reunião serão a luta contra a pobreza e as mudanças climáticas. A novidade é que a União Européia é presidida agora pela Eslovênia, o primeiro dos novos membros a desempenhar a função. Pequeno, mas diplomaticamente e economicamente ativo, procura um foco claro na reunião de Lima.

O primeiro foco são os dois temas interligados (luta contra a pobreza e mudanças climáticas). O segundo é conseguir resultados mensuráveis da reunião de 60 chefes de governo e Estado. E o terceiro é mostrar que, mesmo sendo a União Européia o maior investidor na América Latina e seu principal parceiro comercial, isso não basta: um continente não sobrevive sem o outro. Não é só a integração cultural e histórica que liga as duas regiões: é o futuro.

A Europa ajudou a criar pobreza na América Latina como ajuda, com os investimentos (mais de 5 milhões de postos de trabalho criados na região com os investimentos europeus), a criar riqueza. Mas precisa ter a humildade de reconhecer não só o enorme potencial de desenvolvimento da região como também a sua capacidade de gerar tal potencial.

Outro dia, numa reunião de diplomatas das duas regiões, alguém lembrou que não há mais ditaduras militares na América Latina. Nem governos fascistas na Europa. Que as duas regiões são hoje regidas por democratas legalmente eleitos. Que há uma radical mudança na percepção da administração pública e fiscal na região latino-americana. E que a transformação do problema social, de pobreza, em desafio com soluções de desenvolvimento tem trazido resultados positivos além de qualquer expectativa.

O encontro de Lima, para o qual foram feitas 13 reuniões preparatórias principais, é a oportunidade para discutir problemas e indicar soluções. A Eslovênia, cujo presidente, Danilo Türk, visitou o Peru, o Brasil, a Colômbia e a Venezuela para conversar sobre os preparativos para a reunião, é o parceiro ideal para esse momento. Não é um país de interesses econômicos e históricos de maior importância na região, mas nem de longe é teleguiado por outros. É um "honest broker" (mediador isento) que quer de fato marcar sua presença na presidência da União Européia com resultados positivos na parceria entre os países.

Para o Brasil, de quem se pede sempre maior participação no cenário internacional, é mais uma oportunidade para mostrar que os biocombustíveis são uma contribuição positiva para os problemas ambientais mundiais, que o país ajuda a resolver os problemas da fome e de fornecimento de alimentos no mundo e que é inovador e líder no combate à pobreza.

A União Européia pode ajudar a resolver alguns problemas, sejam políticos ou econômicos, na América Latina. Mas tem que se convencer de que a América Latina pode liderar suas soluções ela mesma (veja o caso do Haiti e a recente crise entre Colômbia e Equador).

A Europa tem que reconhecer que só a parceria a longo prazo entre as duas regiões pode dar bons resultados. E a América Latina, que, no seu processo de integração (em Lima provavelmente serão lançadas as bases de nova negociação entre União Européia e Mercosul), pode ter na Europa um parceiro mais confiável. Ou seja, em Lima, com Cubillas ou não, o jogo é só ganha-ganha.

*\*STEFAN BOGDAN SALEJ , 64, administrador de empresas com pós-graduação em ciências políticas pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), é embaixador enviado especial do ministro das Relações Exteriores da Eslovênia para a América Latina. Foi vice-presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais.*

#### **Acervo digital traz documentos da luta no campo – Sítio Eletrônico do MDA – 06/05/2008**

Manuscritos, originais datilografados, impressos e fotos relacionados ao sindicalismo rural brasileiro, em especial antes de 1964. Um vasto material, composto por mais de 240 documentos e 1.200 páginas, compõe o arquivo digital Lyndolpho Silva, disponibilizado na internet (<http://www.ufrrj.br/cpda/als/>) pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). A organização do acervo teve apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Lyndolpho Silva foi sindicalista e ativista político. Ele reuniu e guardou inúmeros documentos durante certo período de sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). “É um acervo de memória, que oferece elementos para ajudar a escrever a história do nosso país”, diz o professor Luiz Flávio de Carvalho Costa, que coordenou a equipe de organização e digitalização do acervo.

O arquivo reúne documentos diversos acumulados por Lyndolpho Silva como anotações, teses, correspondências, declarações, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, atas, resoluções, e até os apontamentos relativos à organização dos trabalhadores rurais, bem como ao movimento sindical e operário. Os documentos

estão organizados por tipo e, segundo Costa, serão exploradas ainda as possibilidades de recuperação da informação, que os recursos digitais oferecem.

“A importância da documentação por ele acumulada, e que sobreviveu ao período de repressão, é equivalente ao papel luminar que ele desempenhou na luta pela incorporação do trabalhador rural ao processo político brasileiro”, opina o professor.

**Recuperação** - Parte dos documentos foi colhida no final dos anos 1980, quando Costa manteve contato direto com Lyndolpho Silva. “Tivemos longas conversas que foram, para mim, lições de história do Brasil, dadas por um homem inteligente, amável e generoso. Naquela época ele confiou a mim algumas caixas de documentos sindicais”, conta. Quando Silva adoeceu, sua mulher entregou a Costa uma nova caixa com mais documentos. Uma terceira parte foi cedida a Costa pelo pesquisador Paulo Cunha, que também teve contato com Lyndolpho Silva.

Para Luiz Flávio Costa, o acervo é fundamental para entendermos o Brasil de hoje. “O país viveu, de 1945 a 1964, um período de muitas realizações e incorporação das massas populares no processo político-partidário, além da construção da rede sindical rural brasileira, nos anos 1950. Lyndolpho Silva tem um papel destacado na construção dessa rede sindical, e seus papéis ‘falam’ sobre esses acontecimentos”, ressalta o professor.

Os documentos já organizados e digitalizados são relativos ao período que começa em 1944, a partir do decreto-lei sobre associação sindical das classes rurais, e vai até 1964, com a ata de posse da diretoria e conselho fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Alguns arquivos ainda não estão disponíveis on-line. Conforme Costa, há um projeto para que o site se transforme em Coleção Lyndolpho Silva, com a ampliação de documentos históricos.

A receptividade do projeto é positiva, segundo o organizador. “A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos convidou para apresentar o arquivo em encontro em São Paulo, em setembro deste ano”, diz.

**Atuação de Lyndolpho Silva** - Presença notável nos cenários político e social brasileiro, na opinião de Luiz Flávio Costa, Lyndolpho Silva foi um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais do país. A experiência política do militante começou em 1952, no Rio de Janeiro, com o envolvimento que teve com posseiros do estado. A partir daí, Silva fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Uitab) em 1954; participou da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) em 1963, e foi o primeiro presidente do órgão.

Permaneceu escondido sob risco de ser preso, de 1964 a 1973, e exilou-se na Europa em 1973, permanecendo como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP). Voltou ao Brasil em 1979, beneficiado pela anistia, e morreu aos 80 anos, em julho de 2005, em São Paulo.



Através do trabalho conjunto com o Partido Comunista do Brasil (PCB), Lyndolpho Silva ajudou a fortalecer a organização de trabalhadores do campo, em 1945. Ele auxiliou, através de suas lutas e ações, o reconhecimento dos sindicatos e do Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado em março de 1963 por João Goulart. "Ele conseguia manter um diálogo de alto nível com o trabalhador rural analfabeto, com o dirigente do Partido ou com uma autoridade da República. Portanto, o Partido tinha o homem certo para exercer a militância nessa delicada área que é o meio rural brasileiro", destaca Costa.

#### **UE diz a Mercosul que prioridade é Doha - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 07/05/2008**

A União Européia espera ter condições de concluir um acordo de livre comércio com o Mercosul até novembro de 2009, mas, antes, considera prioritária a negociação de liberalização comercial na Organização Mundial do Comércio (OMC), informaram ontem dois dos principais integrantes da Comissão Européia, o órgão executivo da UE. O comissário de Comércio, Peter Mandelson, chegou a mandar um recado duro à Argentina, a quem acusou de prejudicar os esforços de liberalização comercial, com a adoção de impostos sobre exportação de alimentos.

"A Argentina deveria apoiar uma rodada bem-sucedida em vez de frustrar as possibilidades de êxito", comentou Mandelson, após reconhecer que os subsídios agrícolas de países como os europeus distorcem o comércio mundial. Só em um ambiente multilateral como a Rodada Doha de negociações será possível enfrentar esse problema, defendeu, ao afirmar que impostos de exportação, como os impostos pela Argentina para conter a inflação no mercado interno, reduzem o incentivo para aumento de produção e colaboram para aumentar a fome no mundo.

"Se os países deixam de exportar produtos agrícolas, isso reforçaria a tendência altista dos preços", acusou Mandelson. "O protecionismo não pode ser a resposta aos preços altos, só piora a situação."

A comissária de Relações Exteriores da União Européia, Benita Ferrero-Waldner, lembrou que a UE deve concluir, em breve, negociações de livre comércio com os países da América Central e tem esperança de concluir as negociações com o Mercosul antes do fim do mandato da atual comissão, que termina em novembro.

O governo brasileiro esperava marcar a retomada das negociações entre Mercosul e União Européia ainda neste semestre, quando será possível dizer se haverá acordo na Rodada Doha ou o tema será adiado indefinidamente. Os comissários deixaram claro que têm como absoluta prioridade a discussão na OMC.

"Tanto o Mercosul quanto a União Européia são grandes economias, com muitos interesses comerciais nessa negociação de Doha", justificou Mandelson. Só a definição dos avanços e limites da liberalização comercial proporcionados pelos resultados da discussão na OMC poderão fixar o alcance de um possível acordo entre Mercosul e UE, argumentou o comissário europeu. Enfático, Mandelson afirmou que há forte risco de aumento do protecionismo em consequência da desaceleração econômica com a crise nos mercados dos Estados Unidos, o que exige um esforço dos países para evitar uma "marcha a ré" na abertura do comércio mundial.

Mandelson e Benita falaram por videoconferência para jornalistas do continente, em preparação para a reunião de cúpula UE-América Latina e Caribe, no fim do mês, em Lima, Peru. A comissária disse esperar discutir temas como a luta contra pobreza, energia, aquecimento global e biocombustíveis no encontro, que terá reuniões paralelas sobre os acordos regionais negociados pelos europeus. Enquanto estão previstas reuniões de negociação com a Comunidade Andina e com a América Central, a reunião com o Mercosul se destinará apenas a relatar "onde estamos neste momento", disse Benita.

### **Subsídios podem ter sido omitidos, aponta estudo** - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2008

Países podem ter omitido da Organização Mundial de Comércio (OMC) informações sobre subsídios agrícolas que somam bilhões de dólares, segundo estudo da Universidade de Colônia, na Alemanha.

O estudo tomou como base a situação alemã. Em vez de 11 subsídios notificados pela União Européia em nome do país em 2006, no valor de ? 1,2 bilhão de euros, foram identificados 180 programas específicos de subvenções dadas por Berlim, que somaram ? 10,8 bilhões de euros. Apenas a isenção de impostos para produção de biocombustível alcança ? 2 bilhões de euros. O estudo foi feito com base no modelo criado pelo International Institute for Sustainable Development's Global Subsidies Initiative (GSI) para notificar subsídios a OMC.

A definição legal de subsídios na OMC inclui medidas dos governos para que companhias privadas subsidiem outras privadas. No entanto, os governos não notificam isso, minando a eficácia das regras e deixando em desvantagem países que não têm recursos para subsidiar suas produções.

Pelas normas atuais, a Alemanha é um dos grandes países que dariam menos subvenções. O modelo proposto pelo GSI requer declaração exata sobre ausência de ajuda para determinados setores ou produtos. Pelo formato atual para notificar a OMC, não fica claro se a ausência de subsídios num país é porque eles não existem ou porque o governo resolveu não informá-los. Mas analistas apontam outros "buracos" para os países esconderem as ajudas que concedem, a margem das regras.

### **Brasil e EUA negociam Doha e etanol em Roma** - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 12/05/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e a principal negociadora comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, se reúnem amanhã e quarta-feira em Roma para discutir os pontos mais polêmicos da Rodada Doha e possibilidades de aproximação, inclusive na questão do etanol.

Um cenário em que o etanol seja o único produto excluído da liberalização na negociação global na Organização Mundial do Comércio (OMC) é politicamente inaceitável para o Brasil, e deve ser abordado na reunião ministerial, na capital

italiana. O combustível é um dos temas difíceis na rodada, porque Washington recusa negociar na OMC a tarifa de importação de 54 centavos por galão, que inviabiliza a entrada do produto brasileiro em seu mercado.

Washington alega que não se trata de tarifa comercial, mas de outra taxa ("Other duties and charges"). Na prática, sem a inclusão da alíquota de 54 centavos no cálculo do AVE (transformar outras tarifas em equivalente ad valorem num acordo na OMC), o etanol não sofrerá cortes tarifários e não terá liberalização.

Depois de ter feito do etanol um dos eixos de sua diplomacia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou, ano passado, o Itamaraty rejeitar qualquer lista de produtos ambientais na OMC (que terão corte tarifário maior) se o produto ficasse de fora. O governo alimentou a idéia de que uma possível solução com os EUA deveria "idealmente" levar em conta o potencial de mercado para os produtos bioenergéticos, apoiado na cooperação acertada entre os dois países.

Mas em Washington, o Congresso americano quer estender a taxa dos 54 centavos por galão na nova "Farm Bill" (a lei agrícola americana), por mais dois anos. O Itamaraty reagiu avisando que se isso ocorrer o Brasil contestará essa lei na OMC, por violação das regras internacionais.

Pode haver uma proliferação de disputas envolvendo biocombustíveis. Além de o clima esquentar entre o Brasil e os EUA, o confronto entre os EUA e a União Européia é sobre sobre biodiesel.

Primeiro, produtores da UE pediram para Bruxelas acionar a OMC contra subsídios dados pelos EUA a seus produtores, reclamando que sofrem com o biodiesel barato americano. Agora, é a indústria americana que ameaça com ação legal contra a UE, alegando que Bruxelas faz exigências técnicas, incluindo resistência à oxidação, para discriminar a produção americana. O biodiesel da Europa é em geral feito de óleo de colza e o americano é produzido a partir de óleos de soja e palma.

Em Genebra, a discussão sobre liberalização agrícola envolve agora também a crise alimentar, que alguns países atribuem em parte aos biocombustíveis.

O mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, prometeu aos países apresentar um texto revisado de compromisso na próxima semana, mesmo que muitas diferenças persistam. A idéia é abrir caminho para uma reunião ministerial e tentar um acordo até junho. O Brasil, EUA e União Européia insistem que a crise atual de alimentos deveria ajudar a fazer Doha avançar.

O embaixador Roberto Azevedo, principal negociador comercial brasileiro, reconhece riscos consideráveis na tentativa de fechar um acordo nas próximas semanas. "A situação é delicada, porque o tempo que resta para finalizar (um acordo) é curto", afirmou. "Há divergências importantes em todos os pilares da agricultura (subsídios internos, corte de tarifas, subvenções a exportação) e na área industrial". Para Azevedo, "na medida em que existe a percepção de que se está na reta final (da negociação), as posições tendem a se enrijecer", com os países procurando embolsar mais e minimizar as concessões.

**Brasil cobra solução em Doha para tarifa americana** – Assis Moreira - Valor Econômico – Internacional - 13/05/2008

O Brasil avisou aos EUA que quer uma solução imediata para o corte de tarifas sobre o etanol num acordo da Rodada Doha, disse ontem o embaixador brasileiro junto a Organização Mundial do Comércio (OMC), Clodoaldo Hugueneu.

"Já dissemos aos EUA que isso deve ser resolvido o mais rápido possível", reiterou ele, na véspera de uma reunião em Roma entre o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e a principal negociadora comercial dos EUA, Susan Schwab, para discutir a rodada.

Washington rejeita cortar a tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão de etanol, alegando que não se trata de alíquota, mas de "outras taxas". Na prática, se essa posição prevalecer, o etanol seria o único produto excluído de liberalização num acordo de Doha. É um cenário inaceitável para o governo Lula, que fez do produto um dos eixos de sua política externa.

Para fontes do setor privado, a "briga do momento" é mesmo sobre o etanol, e o caminho natural é o produto se transformar num contencioso entre Brasil e EUA.

"Será um processo demorado, até porque toma tempo avaliar os argumentos legais, e o Itamaraty demora muito para tomar decisões, mas vai acabar virando um contencioso", avalia uma fonte do agronegócio.

Já o embaixador Hugueneu vê como especialmente problemático hoje a lei agrícola americana para os próximos cinco anos, negociada entre os líderes do Congresso na semana passada, que eleva para US\$ 300 bilhões os gastos no setor, aumentando as subvenções até para a produção de etanol.

A Casa Branca ameaça vetar a Farm Bill, mas o secretário americano de Agricultura, Ed Schafer, reconheceu que a administração Bush enfrentará uma situação "penosa" para manter um veto presidencial nesse caso.

O Brasil quer saber de Schwab se os EUA vão ou não se comprometer com corte profundo de subsídios internos para ter um acordo em Doha. Por sua vez, o agronegócio brasileiro indicou ao Itamaraty que apóia um acordo na OMC, mas que o ministério deve brigar por mais ambição agora que os preços das commodities estão altos no mercado internacional.

Avalia que o Brasil não pode perder a oportunidade dos preços altos, que significam menos subsídios e maior demanda externa, para tentar arrancar mais concessões dos importadores. Mas, como um negociador lembra, quem quer concessão tem de pagar também.

**Doha vale menos do que cobram, diz Amorim** - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 15/05/2008

A Rodada Doha já não vale o que os países industrializados estão cobrando do Brasil e de outros emergentes e os ricos devem baixar suas demandas se quiserem um acordo. Esta foi a advertência que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou, no fim de sete horas de reunião com a representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, ontem em Roma.

"Em matéria de rodada, não estamos no mercado comprador, e sim no mercado vendedor", afirmou Amorim em entrevista ao Valor, por telefone, de Roma. "Se eles (os países ricos) querem a rodada, não podem continuar exigindo um preço excessivamente alto da parte dos países em desenvolvimento."

O ministro deixou claro que Doha está menos interessante, porque uma parte do atrativo estava em cortar subsídios agrícolas e ampliar mercados para as exportações. Mas o próprio mercado, e não a rodada, está se encarregando disso neste momento. Com os preços altos das commodities, os subsídios agrícolas caíram e o acesso aos mercados está sendo facilitado pela derrubada de barreiras por importadores para enfrentar a crise alimentar. "Estamos procurando convergências e acho que é possível", afirmou Amorim, mas sempre transmitindo a mensagem de que os industrializados não venham cobrar demais.

Recentemente, o agronegócio brasileiro indicou ao Itamaraty que apóia um acordo na Organização Mundial de Comércio (OMC), mas também que o Brasil não pode perder a oportunidade dos preços altos, que significam menos subsídios e maior demanda externa, para tentar arrancar mais concessões dos importadores.

Na reunião de Roma, das 10 às 17 horas, os EUA insistiram para o Brasil aceitar acordos setoriais na área industrial, para eliminar ou reduzir mais rapidamente as tarifas de certos setores - em todo caso bem mais do que Brasília está disposta a aceitar. Além disso, Washington cobra cortes altos de tarifas industriais com flexibilidade menor do que o Mercosul pede.

Pelas demandas dos EUA e de outros industrializados até agora em Genebra, o Mercosul, com tarifa média de 30%, deveria fazer cortes entre 55% e 61% nas suas alíquotas. Teria flexibilidade para cortar menos em cerca de 10% das alíquotas - mas o bloco quer mais, e juntos, para acomodar diferentes interesses do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Amorim disse que "eles não podem esperar que o Mercosul assuma obrigações como união aduaneira como se fossem países isolados", em alusão à flexibilidade adicional que o bloco quer para manter a proteção para diferentes setores industriais. Ele relatou que na reunião com Susan Schwab houve algumas aproximações, mas sobretudo que se deve continuar negociando, dependendo dos textos que os mediadores agrícola e industrial apresentarão nos próximos dias. Os documentos são para tentativa de compromissos numa provável reunião ministerial em Genebra, em junho.

O ministro avisou que, se a dosagem das propostas dos mediadores for errada - tímida demais ou excessiva demais, conforme o interesse do país -, o risco é enorme de muitos considerarem os textos inaceitáveis, jogando uma pá de cal no acordo.

Para Amorim, existe "o risco de derrapagem" sobretudo no texto industrial. "Espero que não venham com elementos que tornem a negociação impossível", disse. Lembrou que, quando saíram os primeiros textos em julho do ano passado, o Brasil não chegou a rejeitar o documento de compromisso para produtos industriais, mas muitos países ficaram perto disso. "Temos de evitar uma situação como essa. Se não há um mínimo de equilíbrio, aí vai ser difícil. Eu acho até que de repente ficamos a mercê de circunstâncias fortuitas", observou.

Na reunião, Brasil e EUA verificaram que também as estatísticas dos dois lados são divergentes e será preciso mais conversas técnicas nos próximos dias. Na avaliação do ministro, o Brasil e os EUA têm posições parecidas sobre produtos sensíveis na área agrícola e também estão próximos sobre a eliminação de subsídios à exportação. Quanto ao corte de subsídios internos, que é basicamente nos EUA, o

número só vai sair mesmo numa barganha final. Ambos querem continuar tentando fechar um acordo preliminar em junho.

Um porta-voz de Susan Schwab relatou o encontro com Amorim como "uma troca de idéias e estatísticas, para avançar nas três áreas - agrícola, industrial e de serviços -, uma oportunidade para tentar ser mais ambicioso na janela de oportunidade que temos agora".

### **Reunião não obtém acordo sobre etanol – Valor Econômico – Brasil - 15/05/2008**

Não houve desfecho na questão do etanol na Rodada Doha, durante a reunião ministerial entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada ontem em Roma. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, voltou a pressionar Washington para aceitar negociar a redução de tarifa de importação. A representante americana simplesmente tomou nota da reivindicação.

"Achamos que essa tarifa é totalmente absurda, é uma óbvia barreira na fronteira, discriminatória, e tem de ser tratada (na OMC)", disse o ministro, numa alusão à tarifa de importação de US\$ 0,54 por galão de etanol, que Washington cobra e que não quer negociar na Organização Mundial do Comércio. Para os EUA, não se trata de alíquota, mas de "outras taxas". Só que, com isso, o etanol seria o único produto excluído de liberalização num acordo de Doha.

Amorim disse que os EUA sabem que o Brasil está disposto a abrir um contencioso contra a taxa na OMC. O ministro foi enfático sobre o etanol e sua expectativa é que a discussão sobre segurança alimentar ajude na derrubada da taxa americana. "Se o preço do etanol de milho está tendo influência negativa nos preços dos alimentos, uma abertura do mercado americano para etanol mais competitivo e que não afeta a produção alimentar, como o nosso, teria efeito positivo global", argumentou.

Para analistas em Genebra, o etanol será uma enorme dor de cabeça, na medida em que os países tentem fechar um acordo em Doha, porque parece improvável o Brasil aceitar acordo sem abertura para o produto. (AM)

### **Interessa muito ao Brasil a conclusão da Rodada Doha – Valor Econômico – Opinião - Editorial - 16/06/2008**

Chegou ao fim a semana considerada "decisiva" em Genebra para a Rodada Doha, a grande negociação para liberalização comercial entre os países membros da Organização Mundial do Comércio. E nada se decidiu. Os países se revezam em declarações sobre a importância de se concluir com êxito a rodada enquanto, nos bastidores, recomeça o que os diplomatas chamam de "blame game": o jogo de acusações para apontar culpados por um eventual fracasso.

Nesta semana, os negociadores voltam a se encontrar para buscar consenso em torno do que, em verdade, deveria ser apenas o primeiro passo importante da negociação, a definição de critérios - os "métodos e modalidades" - que irão orientar

os cortes nas barreiras ao comércio e nos subsídios que distorcem os mercados agrícolas.

Os governos interessados em concluir a rodada esforçam-se por um acordo até o fim de junho, para permitir uma reunião de ministros no mês seguinte, destinada a orientar os negociadores e garantir, ainda neste ano, o texto final com os percentuais e as condições da remoção de obstáculos ao comércio. Há pressa para um acordo antes da eleição presidencial nos EUA, após as quais o país terá de se afastar das mesas de negociação enquanto instala a nova equipe de governo. Sem acordo até julho, o fim da rodada será adiado por alguns anos, prevêm negociadores como o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim.

Abertura de mercados e corte de subsídios são os principais, mas não os únicos temas da Rodada Doha; há desentendimento em relação a assuntos como as mudanças propostas no acordo sobre propriedade intelectual, conhecido como Trips - com as quais o Brasil, por exemplo, quer identificar o uso da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais em produtos patenteados.

Até hoje, bastaram para brevar as negociações as discordâncias sobre a liberalização dos mercados agrícola e industrial e o corte dos subsídios agrícolas. À medida que se aproxima o prazo informal para acordo sobre métodos e modalidades, países que pareciam ter aceito ampliar concessões voltam a ameaçar sair da mesa, ou cobrar maior contrapartida.

Cristopher Falconer, coordenador das discussões do texto sobre agricultura, pediu, na semana passada, mais tempo para obter um rascunho aceitável. França e Irlanda pressionam os comissários da União Européia para rejeitar os pontos do rascunho de Falconer, que dizem ameaçar seus produtores rurais, enquanto a Índia critica o mesmo texto por querer mais proteção aos países pobres contra surtos ameaçadores de importação de alimentos.

A Índia é parceira do Brasil no grupo de países em desenvolvimento conhecido como G-20, formado para ter posições comuns em agricultura. Na semana passada, aliou-se à Argentina para frear o que os argentinos vêem como excessiva disposição brasileira de atender aos países ricos com maior abertura de mercados para produtos industriais. Americanos e europeus rechaçaram as reivindicações brasileiras de tratamento diferenciado a blocos comerciais como o Mercosul para acomodar as necessidades argentinas de proteção às indústrias locais.

Apesar dos embates, o secretário-geral da OMC, Pascal Lamy, não foi o único a professar a crença nas chances de acordo. "É factível, mas não estou certo se será feito", disse, argumentando ser preciso que os principais atores olhem para o cenário mais amplo e deixem de lado demandas políticas domésticas.

Grande produtor agrícola, dono de indústria diversificada e um número crescente de empresas com atuação internacional, o Brasil pode ser um dos maiores beneficiados com o fortalecimento da OMC e das regras globais de solução de conflitos no comércio. Mas o cenário aparece poluído pelo ressurgimento de medidas protecionistas e ameaças de mais barreiras ao comércio, criação de novos obstáculos técnicos e a volta de velhos instrumentos, como os impostos de exportação. O fracasso da Rodada Doha só acentuaria essa tendência.

Com o empenho e flexibilidade mostrados na rodada, o Brasil sai dela, qualquer que seja o resultado, com estatura diplomática bem maior do que tinha ao entrar. Mas nenhum país vive só de status político - resultados concretos desses quase sete anos de discussão estão ainda desapontadoramente distantes.

**Brasil, Índia e China travam Doha, diz Bush** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008

**Emergentes precisam fazer mais concessões, afirma presidente dos EUA; Brasil critica subsídio agrícola.**

O presidente norte-americano, George W. Bush, culpou ontem o Brasil, a Índia e a China de atrasarem a conclusão da Rodada Doha de abertura do comércio mundial. Bush disse que os países emergentes precisam fazer mais concessões nas negociações sobre bens industriais e serviços para que o processo avance.

Para o Brasil, a lógica é inversa. "Nossa visão é diametralmente oposta. Os países desenvolvidos é que precisam abrir mão de seus subsídios agrícolas", disse o embaixador Roberto Azevedo, negociador-chefe do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio). Para Azevedo, os Estados Unidos estão "na contramão" da tendência do comércio mundial, que é a liberalização agrícola.

Em mais uma parada em sua turnê de despedida da Europa, Bush visitou o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, em Londres, e seguiu um ritual de fim de Presidência: falar de seu "legado". Para ele, é possível obter um acordo durante seu mandato. "Este é o momento para completar a Rodada Doha e para isso tem de haver mais movimento nos setores de manufaturas e serviços, que permita um acordo equilibrado e justo", disse o presidente norte-americano.

Bush faz pressão sobre os países em desenvolvimento no início de uma semana em que os Estados Unidos organizam em Genebra uma reunião para tentar resolver as diferenças por meio do recém-criado G12. Ele inclui, além dos Estados Unidos, Brasil, Austrália, Canadá, China, União Européia, Índia, Japão, Malásia, México, Paquistão e África do Sul.

Na "**defensiva**" - Para Azevedo, que chega amanhã a Genebra, foi uma declaração "defensiva" do presidente americano.

"Bush sabe que a chave para a conclusão da Rodada são os Estados Unidos", disse o diplomata, que até setembro assume a chefia da missão do Brasil em Genebra, em substituição ao embaixador Clodoaldo Huguene, que vai para Pequim. Azevedo destacou nas negociações desta semana na OMC a posição ofensiva brasileira contra o protecionismo agrícola dos países ricos.

Para ele, a recente renovação da Lei Agrícola dos Estados Unidos, que concede US\$ 290 bilhões em subsídios, compromete a credibilidade norte-americana nas negociações.

Enquanto fica no ataque no setor agrícola, o Itamaraty tenta proteger sua indústria, pedindo flexibilidades para setores "sensíveis". O Brasil e os demais membros do Mercosul também não abrem mão de que haja um padrão de cálculo especial para as uniões aduaneiras. Estados Unidos e outros países desenvolvidos temem que isso crie entraves na abertura comercial.



Na última sexta-feira, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, reuniu embaixadores de 30 dos principais países negociadores e disse que ainda não havia progresso suficiente nas negociações industriais para a convocação de um encontro ministerial. Lamy tenta essa reunião desde a Páscoa.

No mesmo dia, o embaixador dos Estados Unidos na OMC, Peter Allgeier, admitiu que já não há mais tempo para chegar a um acordo sobre a Rodada Doha antes das eleições norte-americanas que serão realizadas em novembro próximo.

**Brasil, Índia e China travam Doha, diz Bush** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/06/2008

### **Emergentes precisam fazer mais concessões, afirma presidente dos EUA; Brasil critica subsídio agrícola**

O presidente norte-americano, George W. Bush, culpou ontem o Brasil, a Índia e a China de atrasarem a conclusão da Rodada Doha de abertura do comércio mundial. Bush disse que os países emergentes precisam fazer mais concessões nas negociações sobre bens industriais e serviços para que o processo avance.

Para o Brasil, a lógica é inversa. "Nossa visão é diametralmente oposta. Os países desenvolvidos é que precisam abrir mão de seus subsídios agrícolas", disse o embaixador Roberto Azevedo, negociador-chefe do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio). Para Azevedo, os Estados Unidos estão "na contramão" da tendência do comércio mundial, que é a liberalização agrícola.

Em mais uma parada em sua turnê de despedida da Europa, Bush visitou o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, em Londres, e seguiu um ritual de fim de Presidência: falar de seu "legado". Para ele, é possível obter um acordo durante seu mandato. "Este é o momento para completar a Rodada Doha e para isso tem de haver mais movimento nos setores de manufaturas e serviços, que permita um acordo equilibrado e justo", disse o presidente norte-americano.

Bush faz pressão sobre os países em desenvolvimento no início de uma semana em que os Estados Unidos organizam em Genebra uma reunião para tentar resolver as diferenças por meio do recém-criado G12. Ele inclui, além dos Estados Unidos, Brasil, Austrália, Canadá, China, União Européia, Índia, Japão, Malásia, México, Paquistão e África do Sul.

**Na "defensiva"** - Para Azevedo, que chega amanhã a Genebra, foi uma declaração "defensiva" do presidente americano.

"Bush sabe que a chave para a conclusão da Rodada são os Estados Unidos", disse o diplomata, que até setembro assume a chefia da missão do Brasil em Genebra, em substituição ao embaixador Clodoaldo Huguene, que vai para Pequim. Azevedo destacou nas negociações desta semana na OMC a posição ofensiva brasileira contra o protecionismo agrícola dos países ricos.

Para ele, a recente renovação da Lei Agrícola dos Estados Unidos, que concede US\$ 290 bilhões em subsídios, compromete a credibilidade norte-americana nas negociações.

Enquanto fica no ataque no setor agrícola, o Itamaraty tenta proteger sua indústria, pedindo flexibilidades para setores "sensíveis". O Brasil e os demais membros do Mercosul também não abrem mão de que haja um padrão de cálculo especial para as uniões aduaneiras. Estados Unidos e outros países desenvolvidos temem que isso crie entraves na abertura comercial.

Na última sexta-feira, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, reuniu embaixadores de 30 dos principais países negociadores e disse que ainda não havia progresso suficiente nas negociações industriais para a convocação de um encontro ministerial. Lamy tenta essa reunião desde a Páscoa.

No mesmo dia, o embaixador dos Estados Unidos na OMC, Peter Allgeier, admitiu que já não há mais tempo para chegar a um acordo sobre a Rodada Doha antes das eleições norte-americanas que serão realizadas em novembro próximo.

#### **Eleições nos EUA podem atrasar Doha por três anos - Rafael Rosas – Valor Econômico – Brasil - 17/06/2008**

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, acredita que a Rodada Doha, negociada na Organização Mundial de Comércio (OMC), pode sofrer um atraso de "dois ou três anos" caso as discussões não sejam encerradas antes do início do processo eleitoral nos Estados Unidos. Amorim admitiu que o prazo é curto, mas acredita ser possível se chegar a um bom termo nas negociações.

Amorim ponderou que, independentemente da vitória do candidato democrata, Barack Obama, ou do republicano, John McCain, há uma demora natural, após uma mudança de governo, para que as novas equipes dirigentes tomem conhecimento das discussões e apresentem pontos-de-vista que não faziam parte da administração anterior.

"Eu acho prudente fazer todo o possível para acabar agora [a Rodada Doha], mas, se não for possível, não se fará. É preciso que haja uma noção de que é necessário um resultado equilibrado", frisou Amorim.

O chanceler considerou natural a cobrança do presidente americano, George W. Bush, que exigiu ontem, em entrevista na Inglaterra, maiores concessões, por parte dos países emergentes - Bush citou Brasil, Índia e China - em relação à redução de tarifas nas áreas de indústria e serviços. Para Bush, os países desenvolvidos já deram sua cota de concessão na área agrícola e não teriam recebido contrapartida na indústria e serviços.

"É natural que ele faça isso. Eu ficaria preocupado se ele parasse de cobrar totalmente, porque mostraria que ele está desinteressado", ressaltou Amorim, para quem a cobrança de Bush faz parte da negociação. "Já viu alguém entrar numa mesa de negociação dizendo que não deu nada e que o outro deu muito? Ele fez a pressãozinha dele e nós vamos fazer a nossa", acrescentou.

Mesmo sem responder diretamente ao presidente americano, Amorim mostrou um pouco da pressão brasileira e voltou a atacar a política de subsídios dos países desenvolvidos para os produtos agrícolas. Segundo o ministro, reduzir tarifas faz parte da negociação, enquanto os subsídios representam uma distorção.

"Os subsídios são uma excrescência dentro do comércio mundial, tanto que na área de manufaturas isso acabou. A distorção principal está do lado deles (países desenvolvidos), então eles têm que dar o exemplo", afirmou.

O ministro também confirmou que a diplomacia brasileira está atenta à escalada dos preços do petróleo e lembrou que, na última reunião do Sistema para Integração Centro-Americana, em El Salvador, no fim do mês passado, foi aprovado o pedido para que seja convocada uma Assembléia-Geral Extraordinária da Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir o assunto.

"Podemos não conseguir, porque há muitos países produtores de petróleo que podem não estar interessados, mas os preços [do petróleo] obviamente preocupam, sobretudo pelo efeito que têm no processo produtivo, na inflação e no preço dos alimentos", disse o chanceler do Brasil.

### **Argentina e Índia, amizade de verão** - André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/06/2008

O recente movimento da Argentina, em conjunto com a Índia, de bater duro no tema da redução das tarifas dos produtos industriais no contexto das negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) criou um problema adicional para o Brasil, país que exerce explicitamente o papel de grande interessado no fechamento da Rodada de Doha. Essa aliança Argentina-Índia, mesmo que oportunista e, provavelmente, momentânea, tem vários significados subliminares que precisam ser discutidos.

Ao contrário do que se passa na cabeça de alguns setores industriais brasileiros - que estão dando sorrisinhos de canto de boca porque, das duas, uma: ou percebem essa iniciativa como uma forma de postergar o fechamento da rodada, ou esperam tirar proveito dela para obter maiores flexibilidades -, o movimento argentino-indiano está olhando para outros horizontes e é, na sua essência, oportunista. Um pouco de história recente vai a ajudar a entender o que está por trás dessa amizade de verão.

Existem uns palavrões muito falados em negociações multilaterais: coalizões de geometria variável. Essa expressão sintetiza a idéia de que os países compartilham interesses específicos em certas áreas que os levam a formar coalizões que são, muitas vezes, conflitantes em outras áreas da negociação. Não é segredo para ninguém que Argentina e Índia são inimigas confessas. Mesmo no período áureo do G-20 - grupo de países em desenvolvimento que busca reduzir as tarifas e os subsídios dos países desenvolvidos no contexto da Rodada de Doha -, quando o grupo estava mergulhado em intenso trabalho técnico para produzir propostas de negociação, as tensões entre Argentina e Índia eram explícitas.

No contexto do G-20, Argentina e Índia personalizavam os extremos: a primeira sempre assumiu posições extremamente ofensivas, defendendo com unhas e

dentes a redução de tarifas e subsídios; já a segunda fazia esse jogo apenas quando o foco estava nos países desenvolvidos. Desde antes do lançamento da Rodada de Doha, a Índia assumiu a liderança dos interesses defensivos dos países em desenvolvimento. O país sempre afirmou que a Rodada de Doha era “do desenvolvimento” porque deveria criar mecanismos para proteger o setor agrícola dos países pobres.

A troca de farpas dentro do G-20 era explícita e foi ganhando corpo à medida que os reais interesses de cada país afloravam. As relações se tornaram ainda piores quando o G-20 se aventurou a entrar no tema mais espinhoso para os países exportadores: as chamadas salvaguardas para países em desenvolvimento. Salvaguardas são tarifas adicionais colocadas sobre a tarifa normal com o objetivo de aumentar o nível de proteção de um determinado setor. Nas regras da OMC, o uso de uma salvaguarda está condicionado à comprovação de que as importações estão prejudicando a produção doméstica, justificando, assim, o incremento da proteção tarifária.

Acontece que os produtos agrícolas foram agraciados - neste caso, no mau sentido para o Brasil - com uma salvaguarda especial que não está condicionada a qualquer comprovação de dano. Quando o movimento pró-salvaguarda cresceu nas negociações, puxado por países como Índia, China e Indonésia, a Argentina rapidamente se articulou com o Paraguai e o Uruguai e apresentou uma importante proposta que pôs ordem na discussão. Embora nosso governo não tenha apoiado essa proposta, ela caiu nas graças do setor privado agrícola brasileiro. Afinal, era a única proposta aceitável para um mecanismo que poderia levar a um retrocesso nas condições de acesso aos mercados dos países em desenvolvimento.

Enquanto se discutiam os temas agrícolas dentro do G-20, Argentina e Índia iniciavam um namoro no tema das tarifas industriais. Esse namoro, que começou a três, teve, por um bom tempo, nome e sobrenome: fórmula ABI. Essa fórmula consistiu numa proposta conjunta de Argentina, Brasil e Índia, que tinha como objetivo reduzir o grau de profundidade dos cortes nas tarifas industriais dos países em desenvolvimento. Essa fórmula foi bastante importante para manter as negociações de agricultura e produtos industriais balanceadas - a principal barganha da Rodada de Doha. No contexto da fórmula ABI, da qual muito se falou entre meados de 2005 e 2007, a estratégia era clara: os países desenvolvidos queriam acelerar as negociações de produtos industriais e frear as de produtos agrícolas. Os ABIs fizeram o que tinham de fazer: frear a negociação industrial.

Muita gente deve estar imaginando que o movimento Argentina-Índia é um prolongamento dessa estratégia. Não compartilho essa opinião. A meu ver, esse movimento é uma reação oportunista de ambos os países, que perceberam tardiamente que a negociação está, de fato, balanceada.

O discurso dos argentinos em prol de maior abertura do mercado agrícola mundial soa pouco real hoje em dia. A crise vivida no setor, fruto de uma política absurda do governo de taxar pesadamente as exportações de produtos agropecuários, coloca um grande ponto de interrogação sobre a sustentação econômica da agropecuária argentina. Se esta política for mantida, a safra 2008-2009 já dará sinais de fadiga do setor, interrompendo o ciclo de expansão observado nos últimos anos.

Interesses ofensivos em agricultura não são motivação para mais nada na Argentina no que diz respeito às negociações internacionais. A meu ver, os argentinos estão atrás de compensações e já sabem quem vai pagar a conta: o Brasil.

E os indianos? Na qualidade de hábil negociadora, a Índia sabe aonde quer chegar nessa negociação: fazer um acordo que leve ao mínimo esforço necessário nos seus setores agrícola e industrial. Na agricultura, o país já logrou sucesso. Na indústria, está quase lá.

O movimento Argentina-Índia é uma amizade de verão. Quando chegar o inverno no Hemisfério Norte, a amizade deve-se dissolver.

**\*André Meloni Nassar é diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). E-mail: amnassar@iconebrasil.org.br**

**Bird tacha Brasil de protecionista** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008

‘Regime tarifário é mais protecionista que o da média da América Latina ou dos países de renda média’

Relatório do Banco Mundial (Bird) publicado ontem avalia que o Brasil ainda é um dos países mais protecionistas e, mesmo com a diversidade das exportações, considerada exemplar, a integração com o mercado externo é uma das menores. Ainda assim, as exportações do Brasil estão entre as 32 que mais crescem. O Bird também diz que os produtos agrícolas brasileiros ainda sofrem altas tarifas para serem exportados.

O texto surge em um momento crítico da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando o presidente americano, George W. Bush, cobra mais concessões do Brasil para se chegar a um acordo.

No ranking das barreiras às importações, o Brasil ocupa a posição 92, entre 125 países, atrás de China, Paraguai, Chile, Uruguai, Rússia, Bolívia e Venezuela. A Argentina é a 96ª. Hong Kong e Cingapura têm as menores tarifas. A Suíça é a 4ª. Os EUA estão na 11ª posição e a União Européia, na 21ª.

“O regime tarifário brasileiro é mais protecionista que o da média da América Latina ou dos países de renda média”, diz o texto. O Bird defende a abertura como forma de reforçar a competitividade, apontando que os países que mais se abriram foram os que mais cresceram nos últimos anos.

Segundo a instituição, a média tarifária brasileira é de 8,7% e a tarifa mais alta, de 35%, considerada baixa. Mas, no que se refere à média da tarifa aplicada, a taxa chega a 12,2%, acima da média regional. Outro problema são as barreiras não

tarifárias, que afetam 46,1% das linhas tarifárias. Na América Latina, essas medidas afetam 35% dos produtos. Para o Bird, portanto, a constatação é que há setores que ainda contam com a proteção do Estado.

O Bird admite que o País vem abrindo o setor de serviços, como telecomunicações, financeiros, portos e aeroportos. Mas o ambiente de negócios ainda é complicado. Por isso, o Brasil caiu no ranking de facilidades para se abrir e fechar empresas. Foi da 113ª posição em 2006 para a 122ª neste ano, entre 178 avaliados. “Isso reflete o ambiente complicado”, observa o texto.

**INEFICIÊNCIA** - Em termos de eficiência administrativa, a entidade aponta que a situação do País hoje é pior que há dez anos. Já em termos de logística, o Brasil não se saiu tão mal. Ficou em 61º lugar entre 151 países, melhor resultado em toda a América Latina e acima da média dos países de renda média.

O País também se saiu bem no quesito rapidez nas entregas, mas a eficiência das aduanas é baixa. Está apenas na 93ª posição nesse item, 23 posições abaixo da obtida em 2006. Motivo: “lentidão nos processos de exportação”. Por container exportado, o custo administrativo pode ser superior a US\$ 1 mil. Já uma importação leva em média 22 dias para ser liberada.

Ainda assim, o Brasil ficou na 32ª posição entre os países com maior aumento das exportações. Em 2007, a taxa chegou a 11,3%, acima da média regional, de 7,5%. A pesquisa aponta ainda que o Brasil tem a 11ª pauta de exportação mais diversificada do mundo, superado por Coreia do Sul, EUA e Itália. A concentração nas exportações chega a ser menor que a de Japão, Canadá, China e tradicionais potências comerciais.

Para o Banco Mundial, o desempenho brasileiro nesse item é comparável ao dos países ricos e é importante em momentos de volatilidade dos mercados. África e Oriente Médio estão entre as regiões mais concentradas. No Oriente Médio, por exemplo, os cinco primeiros produtos de exportação representam 80% do total, incluindo petróleo. Angola, Iraque, Venezuela, Guiné Equatorial e Sudão - todos exportadores de petróleo - estão entre os países com a pauta de exportação mais concretadas do mundo.

A entidade ainda aponta que, no Brasil, o setor industrial é responsável por metade das exportações. Mas as exportações agrícolas têm barreiras significativas. No ranking de acesso a mercados, o Brasil ocupa a 63ª posição entre 125 economias. Em média, o Brasil tem barreiras de cerca de 12,8% para produtos agrícolas, ante 6,2% no restante da América Latina e 8,1% nos países de renda média.

No setor industrial, o Banco Mundial aponta que 37,9% das exportações brasileiras contam com algum tipo de preferência, que acaba eliminando barreiras.

Apesar de se destacar no quesito diversificação, o Brasil não vai bem na integração comercial com o mundo. O comércio na Europa Central, por exemplo, equivale a 105% do PIB da região. Os mais integrados são Cingapura, Hong Kong e Malásia. A integração é calculada com base no peso do comércio externo em relação ao PIB.

Países com grandes mercados domésticos, como Brasil, Índia, Austrália e Estados Unidos, contam com taxas mais baixas. Japão, Estados Unidos e Brasil estariam entre as três economias menos integradas. O comércio representa apenas 25,9% do PIB brasileiro. A América Latina é ainda a região que teve o menor crescimento do peso do comércio no PIB na última década, com alta de apenas 6%. Já o Oriente Médio teve uma alta de 39% nesse índice, contra 21% nos países ricos.

**Se fracassar em julho, Doha só volta em 2010** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008

Para o chanceler Celso Amorim, a rodada precisa ser concluída antes da eleição nos EUA

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) deverá ser retomada somente a partir de meados de 2010, se os acordos finais sobre agricultura, indústria e serviços não forem concluídos até o fim de julho. Na previsão, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, levou em conta o objetivo do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, de convocar uma reunião ministerial para julho, quando seria declarado o consenso ou o fracasso da rodada.

Os fatores determinantes para um possível atraso de dois anos são a eleição presidencial nos Estados Unidos, em novembro - independentemente da vitória do Partido Democrata ou Republicano -, e o período de maturação do novo governo americano.

Segundo Amorim, o encontro do grupo das sete economias mais ricas do mundo mais a Rússia (G-8), agendado também para julho, em Hokkaido, no Japão, não deverá interferir nesse processo. Para ele, o quadro atual mostra claramente os ministros dos principais parceiros da OMC “escondidos atrás” de seus negociadores técnicos para não assumirem a responsabilidade de fechar os acordos ou de declarar o fiasco de Doha.

“Se a Rodada não for fechada antes das eleições americanas, calculo que as negociações serão retomadas apenas dentro de dois anos, pelo menos”, declarou Amorim, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. “O risco de fiasco existe, mesmo que esteja presente apenas no âmbito técnico. Os ministros têm a obrigação de se reunirem para declarar o fracasso da negociação ou o adiamento. Indo para a reunião, eles podem até dar o impulso necessário para concluir a Rodada.”

Em um tom bem menos otimista que o usual, Amorim advertiu que será necessária “muita vontade política e visão realista” dos países desenvolvidos sobre a situação das economias em desenvolvimento para que os acordos sejam alcançados até o fim de julho. Ele insistiu que, para o Brasil, é extremamente importante a conclusão da rodada, cujos benefícios não seriam alcançados por nenhuma rede de acordos bilaterais. Mas ponderou que tal interesse não levará o Brasil a ceder na (abertura industrial) em troca de “qualquer vantagenzinha” (na área agrícola).

**FAMILIAR** - Embora não tenha sido abordado sobre o tema, o chanceler explicou que a Rodada Doha não provocará cortes nos subsídios concedidos pelo governo brasileiro à agricultura familiar, setor responsável pelo fornecimento de cerca de 70% dos alimentos consumidos no País. Com o recado, Amorim tentou acalmar as entidades da agricultura familiar, às vésperas do lançamento, pelo governo, de um programa de incentivo ao setor.

Ele informou que as atuais subvenções poderão cair na chamada caixa verde, na qual estão somados os subsídios autorizados pela OMC, e que o rascunho de acordo agrícola prevê a formação de estoques para a segurança alimentar e políticas de crédito para o setor.

**FRASE - Celso Amorim - Ministro das Relações Exteriores**

“Se a Rodada não for fechada antes das eleições americanas, calculo que as negociações serão retomadas apenas dentro de dois anos, pelo menos. O risco de fiasco existe, mesmo que esteja apenas no âmbito técnico. Os ministros têm a obrigação de se reunirem para declarar o fracasso ou o adiamento da Rodada. Indo para a reunião, podem até dar o impulso necessário para concluir a rodada.”

**Ricos impõem taxas mais pesadas sobre bens agrícolas - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/06/2008**

Os países ricos aplicam tarifas de importação ao setor agrícola nove vezes superiores às da indústria. A constatação é do Banco Mundial (Bird), que alerta que os países em desenvolvimento foram os que mais abriram a economia na última década e aponta que as barreiras mais protecionistas ainda estão na Europa e nos Estados Unidos, dificultando as exportações das economias pobres.

Em dez anos, a tarifa média sobre importação no mundo caiu de 14,1% para 9,4% (33%). Mas, segundo a entidade, foram os países em desenvolvimento que mais promoveram medidas de abertura comercial e já convergem para taxas cobradas pelos países ricos. No geral, os países emergentes cortaram em 46% as tarifas de importação, ante redução marginal nos países ricos.

O resultado é que, hoje, os países ricos tem tarifa média de importação de 6%, ante 11% nos emergentes. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), americanos e europeus insistem que, sem maior abertura do setor industrial dos emergentes, não haverá acordo.

Hoje, a África é quem tem as maiores tarifas, com 26%. Mas reduziu em 50% a média em uma década. A menor taxa está na Europa Central, com 7%. A América Latina não está distante, com 9%. Em menos de dez anos, o Egito reduziu as tarifas de importação de 47% para 17%; a Índia, de 32% para 15%; Maurício, de 18% para 3,5%; e a China, de 14% para 10%.



Se, na média, os países ricos tem as tarifas mais baixas, o Bird alerta que isso não é suficiente para mostrar quem são os mais protecionistas. Isso porque os ricos também aplicam tarifas de mais de 350%, principalmente sobre os produtos de interesse dos países emergentes. A título de comparação, a entidade mostra que a maior tarifa cobrada na América Latina é de 108,1%.

Para o Bird, não há dúvida de que são as economias emergentes que mais sofrem para exportar produtos de alto valor agregado diante desses picos tarifários. A escalada tarifária é mais grave nos países da OCDE, com taxas bem acima dos países em desenvolvimento.

Na agricultura, essa tendência é amplificada. O Banco Mundial admite que todos os países tem barreiras ao comércio de alimentos. Mas a média mais alta está entre os ricos. Nos países mais pobres, a tarifa de bens agrícolas é 1,4 vez a taxa de bens industriais. Nos ricos, a taxa da agricultura é nove vezes maior que nos demais setores.

Para o Bird, os problemas não acabam com as tarifas. Segundo a pesquisa, são os países ricos quem têm as maiores barreiras não-tarifárias, que protegem de forma mais agressiva alguns setores. O resultado é que, apesar de terem sido os que mais se abriram, são os países pobres que mais sofrem para exportar. No geral, esses países precisam pagar 32% mais em tarifas que os países ricos.

Na América Latina, os países com melhor acesso ao mercado externo são México - graças a acordos de livre comércio - e a Venezuela, diante das exportações de petróleo. Já o Brasil sofre particularmente diante da composição de sua pauta.

No mesmo período em que os países em desenvolvimento se abriram, seu comércio sofreu a maior desaceleração, enquanto as exportações dos países ricos aumentaram. No início da década, as vendas dos países ricos aumentaram 6%, ante 8% nos emergentes. Em 2007, a taxa se inverteu. Na América Latina, o aumento real das exportações foi de 6,3% nesse ano.

**Rodada Doha: sem avanço, definição pode atrasar dois anos, diz Amorim – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/06/2008**

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem que a Rodada Doha de liberalização comercial poderá atrasar mais dois anos se não houver avanços significativos até o final de julho por conta do período de férias na Europa e do calendário eleitoral nos EUA. Amorim defendeu a assinatura de um acordo "equilibrado", "audacioso" e "real", admitindo que não será possível atacar subsídios internos.

Grandes multinacionais do setor de alimentos e bebidas deflagraram um duro ataque na Europa a produção de biocombustíveis, em nova ameaça aos planos do Brasil de fazer do etanol uma commodity global.

Nestlé, Unilever, Kellogg's, Danone, Cadbury, Mars, Heineken e Pepsi resolveram investir contra o etanol diretamente no Conselho Europeu, encontro que reúne a Comissão Européia e os 27 presidentes e chefes de governo do bloco, ontem e hoje em Bruxelas.

Em carta à qual o Valor teve acesso, as múltis acusam os biocombustíveis de serem o principal novo fator responsável pela alta recorde dos preços das commodities agrícolas e conclamam os líderes europeus a "desistir" da meta de utilização de 10% de biocombustível até 2020, até que outras análises demonstrem todas as implicações do plano.

As empresas se apóiam num estudo da própria Comissão Européia para insistir que o objetivo obrigatório de 10% agravaria a atual crise alimentar e resultaria em "mudança dramática no uso da terra na Europa", já que a área usada para etanol e biodiesel subiria de 3% em 2006 para 15% em 2020.

Argumentando que essa meta pode "erodir" a competitividade da indústria alimentar européia, as múltis insistem para que os líderes europeus não endossem "precipitadamente" o plano.

Elas sugerem que, em vez disso, os 27 países-membros "priorizem medidas de conservação de energia e energias renováveis pouco exploradas" que, segundo elas, "são mais promissoras do que biocombustíveis em termos de redução dos gases do efeito-estufa".

Entre os 27 países da UE, há uma verdadeira batalha sobre a meta dos 10% e sobre critérios de sustentabilidade do etanol que serão usado nos cálculos dos países na redução de gases de efeito-estufa.

O ataque da indústria de alimentos e bebidas ocorre duas semanas depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter acusado "dedos sujos de carvão e óleo", numa referência ao "poderoso lobby do petróleo", de fazerem campanha violenta contra o etanol.

A Nestlé é especialmente enfática, com o presidente do conselho de administração, Peter Brabeck, acusando a produção de biocombustíveis de ser "eticamente indefensável", em artigo publicado no "Wall Street Journal Asia" na semana passada.

A carta, de três páginas, foi enviada aos 27 chefes de Estado e de governo da União Européia, ao presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso, e aos comissários europeus de Energia, Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento.

As oito multinacionais justificam seu ataque pelo fato de terem "expertise incomparável" sobre o funcionamento da cadeia de suprimento e sobre fatores que influenciam os mercados de alimentos na Europa e no mundo.

Elas estimam que a crise "sem precedentes" de alta dos preços dos alimentos vai além de fatores como maior demanda por grãos nas economias emergentes, problemas nas colheitas por causa de secas ou ainda por causa da alta nos custos de produção (petróleo e fertilizantes).

Para ilustrar que o novo principal culpado é a produção de biocombustíveis, as múltis notam que a produção de etanol já triplicou entre 2000-2007 e vai dobrar de novo até 2017, para alcançar 127 bilhões de litros por ano.

Citam estudos do FMI, Banco Mundial e até de entidades mais ligadas ao desenvolvimento sustentável para demonstrar que a produção de biocombustível contribuiu em mais de 30% na alta de preços de cereais - enquanto o Departamento de Agricultura dos EUA diz não passar de 3%.

Utilizando outro documento europeu, o grupo de múltis argumenta que os custos dos biocombustíveis "quase certamente" superam seus benefícios. Juntam-se ainda ao coro entidades como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que questiona se a segurança energética, ambiental e objetivos econômicos do biocombustível serão alcançados com as atuais tecnologias de produção.

Nesse cenário, pedem para o Conselho Europeu insistir, de um lado, com exigência de etanol sustentável, o que visa o produto brasileiro. E, de outro, que estimule a entrada comercial futura de etanol de segunda geração.

O ponto em que as múltis se aproximam do Brasil é no combate aos subsídios à produção de etanol nos países ricos. Também conclamam pela conclusão da Rodada Doha, o que para o Brasil só será possível com a liberalização do mercado americano para a entrada de seu etanol, por exemplo.

Para analistas em Bruxelas, a meta obrigatória de 10% para utilização de biocombustível no transporte na Europa só pode ser alcançada com maior produção de etanol e com importações. E a desistência da meta obrigatória significaria um golpe mortal na indústria de biocombustíveis na Alemanha, França e Espanha, principalmente, mas também nos planos de criação de um mercado global para o etanol.

Outro ponto é que os argumentos da indústria agroalimentar podem se virar contra ela. Afinal, como impor duros critérios de sustentabilidade à produção de etanol e deixar de fora critérios na indústria alimentar, ainda mais sensível para o consumidor?

Num evento do Fórum Mundial de Economia em Kuala Lumpur, Malásia, Peter Brabeck, da Nestlé, insistiu que "os preços altos vieram para ficar", referindo-se a trigo, soja, leite, café e outros produtos. "Um terço é devido à utilização de parte de alimentos para combustíveis. Outro terço é uma decisão política de intervir para não permitir exportações."

Em abril, o mesmo Brabeck previa que a pressão de custos das commodities agrícolas baixariam um pouco ao longo de 2008.

Para certos analistas, a "pancadaria" contra o etanol na verdade tenderia a diminuir, com novos estudos na Europa que demonstram sua eficácia ambiental.

**Temores mudam e focos de Doha perdem espaço** - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócio - 20/06/2008

Independentemente de seu desfecho, a arrastada Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) começa a produzir sinais concretos de que se afasta progressivamente de discussões atualmente consideradas fundamentais por representantes do setor de agronegócios de países exportadores e importadores.

Temas que estão no coração das negociações de Doha, como acesso a mercados e subsídios, já são tratados sob uma nova ótica - em razão de uma galopante inflação dos alimentos que não existia no início da rodada -, enquanto questões como padrões socioambientais, biocombustíveis e biotecnologia, que emergiram nos últimos anos, interferem mais no dia-a-dia dos negócios e, assim, passaram a atrair mais a atenção de produtores rurais e "agroempresários".

A "mudança de agenda" aparece com nitidez em pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) com entidades representativas do agronegócio no Mercosul. Ainda que Argentina e Paraguai não tenham gerado respostas suficientes para que fossem estabelecidos padrões para analisá-las, os resultados obtidos com brasileiros e uruguaios são emblemáticos.

"Estabelecida em 1991, Doha apresenta dificuldades para incorporar aspectos novos. Com isso, a rodada torna-se limitada diante da realidade e das perspectivas do setor", sustenta André Meloni Nassar, diretor-geral do Icône. Entre os novos focos de preocupação captados pela pesquisa, também estão as padronizações de qualidade estabelecidas pelo varejo para produtos agropecuários.

Entre os novos focos de preocupação das 35 organizações consultadas - 16 do Brasil e 19 do Uruguai -, o assunto sanidade é o que concentra a maior parte das atenções. Citado por 34 das 35 entidades, o tema preocupa em três frentes diferentes: rastreabilidade, bem-estar dos animais e rotulagem de organismos geneticamente modificados (OGM), popularmente conhecidos como transgênicos. As questões ambientais ocupam o segundo lugar na lista dos novos temores, principalmente entre os representantes brasileiros do setor. As padronizações do varejo e as rotulagens de produtos finais aparecem logo em seguida.

Realizado em parceria pelo Icône e seus similares nos demais países do Mercosul, o trabalho contou com recursos do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os resultados da pesquisa serão apresentados nesta sexta-feira em evento na capital de São Paulo.

**Na defesa do Mercosul, Brasil quase pára Doha, mas impasse foi superado** - Assis Moreira De Genebra – Valor Econômico – Brasil - 23/06/2008

O Brasil praticamente desligou da tomada o tênue fio que mantém ligada a Rodada Doha, na quinta-feira, após um confronto com os Estados Unidos sobre flexibilidade para as indústrias do Mercosul, em um dos momentos mais dramáticos em sete anos da negociação para liberalizar o comércio global.

O resultado é que depois de intervenções do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, e de trabalhos feitos por economistas da entidade durante todo o fim-de-semana, surgiu uma nova opção para garantir a proteção para o Mercosul. Com isso, ontem à noite, a negociação global recuperou

um sopro de vida, depois de a temperatura ter subido forte nas reuniões fechadas, chegando a beira do precipício como nunca havia ocorrido antes.

A negociação sobre a liberalização de produtos industriais estava empacada porque os Estados Unidos, apoiados por outros países ricos, recusavam a metodologia para definir as flexibilidades para as indústrias do Mercosul. Em uma proposta desenhada para o Mercosul, o texto do mediador da negociação, o canadense Don Stephenson, sugere que as uniões aduaneiras possam proteger entre 12% a 14% de suas tarifas de importação industriais, cortando só pela metade do que for fixado para outros produtos. Mas essa flexibilidade não pode superar entre 12% e 19% do valor do comércio do bloco. A questão é como calcular esses percentuais.

A metodologia do mediador prevê que o Mercosul calcule o valor do comércio como bloco. Mas os EUA, sobretudo, recusavam aceitar o Mercosul como união aduaneira e queriam o cálculo separadamente. Achavam que, como está no texto atual, o Brasil ganharia flexibilidade adicional para proteger sua indústria, se escondendo atrás dos outros sócios.

Pelos cálculos do Brasil, porém, o que os americanos queriam era inaceitável porque, na prática, retirava boa parte das linhas tarifárias que o bloco quer proteger. Por exemplo, o valor do comércio de Argentina, Paraguai ou Uruguai receberia o teto previsto das flexibilidades, mas os países só poderiam usar metade das linhas negociadas. Ou seja, se fosse negociado 12%, só poderiam proteger cerca de 6% das tarifas de importação porque, do contrário, rompiam o teto do valor do comércio.

Os EUA organizaram um grupo denominado G-12 para tentar uma solução para a negociação industrial. Além do Brasil e EUA, o grupo reúne UE, Canadá, Japão, China, Índia, África do Sul, Austrália, México, Paquistão e Malásia. O impasse, contudo, continuou em torno do Mercosul e o comissário de comércio da União Européia, Peter Mandelson, chegou a advertir que a semana era decisiva para Doha. Na quinta-feira, o Brasil avisou que na verdade a negociação já estava na prorrogação.

E o momento da verdade chegou quando o representante brasileiro, Roberto Azevedo, bateu simbolicamente na mesa: avisou que ou se resolvia a proteção para o Mercosul antes de uma reunião de ministros, ou a negociação deslizava de vez para o fiasco. Foi o que negociadores chamam de "ter tirado a tomada" da negociação. O Valor apurou que na mesma quinta-feira a tarde, Azevedo voltou a se reunir com o embaixador americano Peter Allgeier e indagou se os EUA buscavam solução ou jogavam para a arquibancada.

Alertado de que a negociação global corria para o abismo rapidamente, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, convocou Azevedo e Allgeier para uma conversa, em meio à expectativa de outros embaixadores visivelmente pessimistas diante do tamanho do impasse. Fontes concordam que, nesse encontro na sexta-feira cedo no gabinete de Lamy, com vistas para o lago de Genebra, o Brasil e os EUA "lavaram roupa suja" diante do olhar atônito do diretor-geral.

Lamy alertou que o fiasco daquele jeito estava ao alcance da mão. E para evitá-lo propôs que os economistas da OMC fizessem simulações sobre o real valor do comércio do Mercosul para tranquilizar os dois beligerantes sobre a proteção que o bloco de fato utilizaria para sua indústria.

No mesmo dia, Azevedo deu uma entrevista à imprensa internacional advertindo que, sem progressos na negociação agrícola e cobranças desproporcionais na área industrial, os trabalhos do G-12 estavam ameaçados de serem encerrados ontem, domingo - ou seja, Doha entraria numa longa fase de congelamento.

No sábado, Brasil e EUA voltaram a se reunir na OMC com economistas da entidade, para ver como as simulações seriam feitas. Segundo fontes próximas da entidade, os economistas passaram a madrugada de sábado para domingo preparando opções. Quando o G-12 se reuniu ontem de manhã, os dois beligerantes apresentaram cinco opções de flexibilidade que saíram do secretariado da OMC, como tentativa para satisfazer Washington e o Mercosul

O grupo aceitou uma. Negociadores evitam detalhar, mas avisam que ela mantém a flexibilidade defendida pelo Brasil. O Brasil manteve uma postura cautelosa. Azevedo disse que a proposta será examinada com os outros países do Mercosul. Os EUA diminuíram a pressão. Ontem, tarde da noite, após as horas provavelmente mais perigosas de Doha, Roberto Azevedo, procurado pela reportagem, limitou-se a dizer: "Estou vendo de novo uma luz no túnel".

### **Roma 1 x Doha 0** - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 23/06/2008

Surpreendidos pela dificuldade encontrada para que a declaração final refletisse o avanço efetivo verificado nos debates, as repercussões no Brasil da Conferência recentemente promovida pela FAO não foram muito animadoras. De fato, as profundas divergências sobre o que fazer, que separam hoje os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento, reafirma a cada momento a sensação de impotência frente a um desastre que todos reconhecem iminente. No centro dessas divergências estava a questão dos subsídios e do multilateralismo. Não era de se esperar que em três dias se conseguisse um acordo que vem paralisando as negociações em Doha há mais de três anos.

Já no seu discurso de abertura o diretor-geral da FAO, Jaques Diouf, recordava que "em 1996, nesta mesma sala, 112 chefes de Estado e de governo e os representantes de 186 membros desta organização se comprometeram solenemente a reduzir à metade o número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo para o ano de 2015, e aprovaram um programa para alcançar esse objetivo. Não obstante, já em 2002 nos vimos obrigados a convocar uma segunda Cúpula Mundial para chamar a atenção da comunidade internacional sobre o fato de que os recursos que deveriam financiar esses programas se estavam reduzindo em lugar de aumentar, de modo que os objetivos propostos só poderiam ser alcançados em 2150".

Também os pronunciamentos dos chefes de Estado no dia da abertura da Conferência ressaltaram as dificuldades de se chegar a um plano de ação comum. Vou ilustrar com apenas dois dos pronunciamentos que se seguiram, o do Brasil e da Argentina.

O presidente Lula foi enfático: "fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil (...) reunimos na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, 60 chefes de Estado e altos representantes de mais de cem países, que aprovaram um documento que propunha medidas ao mesmo tempo viáveis e audaciosas. Mas, findas as reuniões e apagadas as luzes, parece que as pessoas se voltam para seus afazeres do dia-a-dia. Aí, a fome é esquecida, para ser lembrada apenas quando ocorre uma explosão como a das últimas semanas".

E concluiu afirmando que "o que fizemos é muito pouco em relação à enormidade da tarefa (...) apesar do amplo trabalho técnico e da vontade política de

alguns líderes, resistências de todo tipo continuam a antepor-se a soluções inovadoras (...) não nos enganemos: não haverá solução estrutural para a questão da fome no mundo enquanto não formos capazes de direcionar recursos para a produção de alimentos nos países pobres e, simultaneamente, de eliminar as práticas comerciais desleais que caracterizam o comércio agrícola".

A presidenta da Argentina, que surpreendeu a todos falando sem ler o discurso preparado, também enfatizou as divergências das distintas exposições. "Podemos extrair visões diferentes acerca de qual é o coração do problema (do aumento de preços), quais são as suas causas; e como divergimos em quais são as causas, também seguramente teremos diferenças em quanto às soluções a implementar neste problema. A caracterização que fazemos acerca do problema alimentar não é somente um problema de produção mas também de distribuição de alimentos". Segundo Cristina Kirchner, entre as causas estruturais estão: 1) "a política protecionista realizada pelos países centrais desde os anos 70, que causou uma expropriação por parte dos países emergentes de seus recursos próprios". 2) "as condicionalidades que os organismos multilaterais de crédito, particularmente o FMI, impostas a distintos países"; e 3) "a forma de organização do mercado internacional, de caráter obrigatório".

---

### **Os alimentos são muito importantes para serem negociados em mercados sujeitos a manipulações de interesses privados**

---

Depois de se recusar a aceitar entre as causas da alta de preços o fato de que os pobres nos países em desenvolvimento estejam comendo mais e melhor "porque seria paradoxal crer que o problema é a incorporação de pessoas à uma melhor qualidade de vida", apontou, no seu entender, um quarto e decisivo elemento: "A crise das hipotecas há trasladado fortes movimentos especulativos ao mundo de commodities, não somente do mundo agrícola, mas também do petróleo, causando uma ação absolutamente distorcida nos preços dos mesmos".

Cristina Kirchner propôs: 1) "uma conclusão realista da Rodada Doha" para evitar o que chamou de "duplo estándar atual", onde os países desenvolvidos pregam o livre comércio mas mantêm uma política interna protecionista que impede o acesso a seus mercados; 2) "reorientar os financiamentos dos organismos multilaterais para os países que são grandes produtores de alimentos e que incorporaram massivamente novas tecnologias" para que possam estabelecer mecanismos de transferência tecnológica para os demais países menos desenvolvidos; de modo que eles possam também produzir os alimentos que precisam. Como se pode ver, uma receita que vai de encontro aos interesses de Argentina e Brasil, mas não de outros.

Vale lembrar, por exemplo, que em artigo assinado em conjunto com o primeiro-ministro inglês Gordon Brown, publicado no dia da inauguração da Conferência da FAO, José Luis Rodriguez Zapatero, o chefe de governo espanhol e parceiro do presidente Lula em várias das iniciativas internacionais de combate à fome, defendeu "uma rápida conclusão da Rodada Doha que permita uma maior abertura comercial" e exortou os países a "evitar cair na tentação de impor medidas comerciais restritivas, como as proibições das exportações".

Vale lembrar também que centenas de ONGs de todo o mundo protestavam no Circus Maximun (não é nenhuma ironia: era esse o lugar em frente à FAO em Roma) advogando o direito à soberania alimentar, o fim do livre comércio e da especulação financeira, bem como a interrupção das negociações da Rodada de Doha. Não é de se

estranhar que não tenha havido um consenso em torno de soluções inovadoras, para utilizar a mesma qualificação de Lula.

Há 60 anos que a FAO tenta acabar com a fome no mundo e tudo o que podemos dizer hoje é que o equacionamento dessa questão, felizmente, é "apenas" um problema de melhor distribuição da renda que garanta o acesso aos alimentos produzidos. Mas a globalização das commodities agrícolas exige que se criem hoje novos mecanismos de regulação de caráter financeiro e regras específicas que permitam fortalecer o comércio de alimentos entre países vizinhos. Ficou claro que os alimentos, assim como a energia, são muito importantes para todos - ricos e pobres - para que possam ser tratados indiferenciadamente como apenas mais uma das inúmeras commodities em mercados sujeitos a tantas manipulações de interesses privados. Daí a reafirmação da importância do multilateralismo, o que sem dúvida fortalece o papel coordenador das Nações Unidas e, por consequência, também a FAO. A implantação de políticas de segurança alimentar, não apenas em nível local e nacional, mas também de regiões como Mercosul, Andino, Centro América, Caribe é a nova questão que emerge da reunião de Roma.

**\*José Graziano da Silva é representante Regional da FAO para América Latina e Caribe.**

**Avançam negociações para destravar a Rodada Doha** – Marcelo Ninio – Folh de São Paulo – Dinheiro – 24/06/2008

Depois de ameaçar deixar a mesa de negociações, o Brasil aceitou ontem, em nome do Mercosul, uma fórmula para que as uniões aduaneiras possam adotar flexibilidades nos cortes de tarifas previstos na Rodada Doha, protegendo certos setores de sua indústria. O tema mergulhou num grave impasse nos últimos dias na reunião de 12 países convocada pelos Estados Unidos para tentar destravar as negociações sobre produtos industriais e serviços. O Brasil insistia em que fosse mantida a fórmula proposta pelo mediador, o embaixador canadense Don Stephenson, na qual uniões aduaneiras poderiam proteger até 14% de suas linhas tarifárias.

Alguns países ricos, encabeçados pelos EUA, discordaram do cálculo, afirmando que o Brasil e os demais membros do Mercosul se beneficiariam de uma cota extra de proteção, podendo fechar setores estratégicos inteiros às importações. Com a intervenção do diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, economistas da entidade elaboraram fórmulas de flexibilidade que foram propostas aos países. Uma delas pôs fim ao impasse.

"O caminho ficou mais livre para uma [reunião] ministerial", disse Roberto Azevedo, principal negociador do Brasil na Rodada Doha. Ele não quis revelar qual foi a fórmula do consenso, mas afirmou que ela garante a proteção que o Mercosul exigia para sua indústria.



A Argentina reagiu com cautela à nova proposta para garantir proteção às indústrias do Mercosul num acordo na Rodada Doha, que só saiu depois que o Brasil ameaçou paralisar a negociação global. Pela nova opção, o bloco poderá proteger entre 12% e 14% de suas linhas tarifárias com cortes menores do que os de outros produtos, com base no valor de comércio exterior do Brasil e não do Mercosul como um todo.

Com isso, o bloco terá a segurança de que o limite de valor de comércio vai permitir usar todas as linhas tarifárias para serem protegidas, num complicado cálculo técnico. Os Estados Unidos, por sua vez, que antes queriam flexibilidade separada para cada membro do bloco, terão a certeza de que o mecanismo não favorecerá adicionalmente a indústria brasileira, como suspeitavam. A nova opção foi aprovada pelo G-12, grupo organizado pelos EUA para tentar soluções na negociação industrial, e certos negociadores a qualificaram de "grande avanço".

O subsecretário de Assuntos Comerciais da Argentina, Nestor Stancanelli, disse ao Valor que surgiu "só uma nova metodologia", que Buenos Aires quer ter clareza sobre os percentuais de proteção e por isso fará seus próprios cálculos nos próximos dias. "É preciso tudo definido, para que numa reunião ministerial, se houver, os ministros só discutam o corte geral (das tarifas industriais)", disse Stancanelli.

Negociadores não esperam rejeição por parte de Buenos Aires a uma opção que é, no mínimo, equivalente a que o país já tinha aceito na área industrial. Stancanelli reiterou que a Argentina, ao contrário do que se imagina, quer realmente concluir a rodada e está em sintonia com o Brasil.

O principal ponto resolvido no G-12 foi justamente a questão do Mercosul. "Avançamos bastante com relação ao Mercosul, mas não há entendimentos em outros pontos", disse o principal negociador brasileiro, Roberto Azevedo. Continua provocando impasse a questão de acordos setoriais na área industrial, pelo qual os EUA esperam ver eliminadas ou reduzidas mais rapidamente as tarifas de certos setores - bem mais do que Brasília está disposta a aceitar. Washington diz que se trata de acordos "voluntários", mas os emergentes dizem que na prática querem "empurrá-los goela abaixo".

Hoje, o G-12 apresentará seus resultados ao mediador da negociação industrial, o canadense Don Stephenson. A partir daí, ele convocará consultas com um leque maior de países. Depois decidirá se apresenta um novo texto para o acordo industrial. Certos negociadores vêem agora um sentimento maior por uma reunião ministerial em julho para se tentar um esboço de acordos industrial e agrícola. Mas o argentino Stancanelli alertou que as duas negociações precisarão ter sintonia, de forma que, se o corte de tarifas agrícolas for de 50%, na área industrial só deveria ser de 45% para os países em desenvolvimento - algo que os países ricos dizem não aceitar de jeito nenhum, porque significaria não haver abertura de mercados.

**OMC tenta a última cartada para salvar Doha** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/06/2008

Entidade convoca ministros dos países membros para fechar acordo no dia 21 de julho; se não, só em 2010

A Organização Mundial do Comércio (OMC) dará sua última cartada para fechar um acordo na Rodada Doha. A entidade convocou para 21 de julho uma reunião ministerial para tentar superar as diferenças entre os governos. Um fracasso colocaria toda a rodada no congelador pelo menos até 2010. Para o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, um fracasso em julho pode pôr em risco a própria existência da OMC.

Ontem, o diretor da organização, Pascal Lamy, convocou os governos após reunião com 30 países. A idéia é tentar chegar a um acordo antes do fim do mandato do presidente americano, George W. Bush, em janeiro de 2009. O processo foi lançado em 2001 e deveria ter sido concluído em 2005. Mas os países não se entendem sobre como deve ocorrer a liberalização dos setores agrícola e industrial.

Um dos pontos cruciais da discussão é a permissão para que países emergentes mantenham certas barreiras para a importação de produtos industriais. Para americanos e europeus, cada país deve ter apenas 10% de suas importações protegidas. O Brasil, alegando tentar salvar o Mercosul, exige que um número maior de linhas tarifárias possam ser protegidas.

Na semana passada, o embaixador brasileiro Roberto Azevedo disse que não haveria como negociar se as demandas do País não fossem atendidas. Índia e outros emergentes afirmam que não podem cortar suas tarifas em até 60%, como querem países ricos.

No setor agrícola, os países ricos alegam que não têm como fazer concessões no corte de tarifas e de subsídios se não obtiverem um “pagamento” dos emergentes em forma de acesso a seus próprios mercados.

**REPERCUSSÃO** - Para Brown, a convocação para a reunião é um sinal de que o processo está em seu momento crítico. “Esse é o capítulo final das negociações”, afirmou. “Tenho certeza de que conseguiremos fechar a rodada.” O britânico disse que as atividades diplomáticas nos bastidores vão se intensificar nos próximos dias e que o G-8, o grupo dos países mais ricos do mundo, tratará do assunto em sua cúpula.

“Eu sei que isso (convocar uma reunião) representa um risco. Mas acho que temos mais de 50% de chance de chegar a um acordo”, afirmou Lamy. Antes do encontro, os mediadores das negociações apresentarão os novos rascunhos do acordo.

Mas o jogo de tentar encontrar um culpado para um fracasso já começou. O comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, afirmou que um acordo agrícola já estava quase pronto, insinuando que só faltaria o compromisso dos

emergentes, como o Brasil, de abrirem seus mercados para os produtos industriais. O Itamaraty se irritou com os comentários.

Para os americanos, ainda há muito trabalho pela frente. “Apesar de termos visto alguns progressos nos últimos dias, há muitas diferenças em capítulos como agricultura, manufaturas e serviços”, afirmou Sean Spicer, porta-voz do Escritório Americano para o Comércio.

Se um acordo não for fechado agora, a administração Bush terminará e o novo governo terá de ser incorporado ao processo. Por isso, já se fala que um fracasso em julho significaria que a negociação seria retomada apenas em 2010. Para os mais pessimistas, isso pode significar o fim de um processo.

Para os europeus, só haverá acordo se os demais países “mostrarem que estão dispostos a flexibilizar posições”. Na próxima semana, a França assume a presidência da União Européia e o presidente francês, Nicolas Sarkozy, já disse que não está disposto a abrir seu mercado agrícola. “Não obtivemos nada em troca por enquanto.”

**OMC convoca reunião para "salvar" Rodada Doha ainda neste ano** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/06/2008

**Ministerial será em Genebra, no dia 21; Brasil e Uruguai concordam com fórmula proposta, mas a Argentina não - Com a fórmula, o Mercosul pode proteger até 14% das linhas tarifárias dos cortes de tarifas de importação aplicados a outros produtos**

O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, convocou ontem uma esperada reunião ministerial para o dia 21 de julho, em Genebra, no que pode ser a última chance de destravar as negociações da Rodada Doha ainda neste ano. O Mercosul irá à reunião dividido. A Argentina não concorda com a fórmula proposta pela OMC -e aceita pelo Brasil- para calcular flexibilidades para as indústrias de uniões aduaneiras. A fórmula, que usa como base o valor do comércio exterior do Brasil, permitiria ao Mercosul proteger até 14% de suas linhas tarifárias dos cortes de tarifas de importação aplicados a outros produtos.

A Folha apurou que, na reunião com embaixadores ontem na sede da OMC, Lamy testemunhou a discordância entre Brasil e Argentina em relação ao encontro de ministros do dia 21. Depois que o negociador indiano manifestou insatisfação com vários pontos da proposta industrial, o subsecretário de Assuntos Comerciais argentino, Nestor Stancanelli, aproveitou para dizer que também considerava a discussão sobre o Mercosul aberta. O embaixador brasileiro Clodoaldo Hugueneu retrucou que o Itamaraty aceitava a proposta e que o problema era da Argentina, não do Mercosul. Foi apoiado pelo Uruguai. A idéia de realizar um encontro de ministros enquanto ainda persistem divergências significativas entre os negociadores, sobretudo na área industrial, é considerada arriscada por muitos. Mas Lamy concluiu que adiar uma reunião de alto nível representaria um risco ainda maior, deixando pouco tempo para que uma decisão fosse tomada pela atual administração americana, que deixa a Casa Branca em janeiro.

**Chance acima de 50%** - Segundo um negociador presente às discussões de ontem, Lamy calculou que as chances de sucesso do encontro de julho são "maiores do que 50%". Trinta ministros dos principais países negociadores se reunirão durante três dias, em busca de um acordo sobre a abertura de mercados nos setores agrícola, industrial e de serviços.

Lançadas em Doha em 2001, as negociações na OMC para a redução das barreiras ao comércio mundial tinham como meta a obtenção de um acordo até 2004. Mas o impasse entre países ricos e emergentes nas questões relacionadas aos subsídios agrícolas e às tarifas industriais jamais foi superado. Agora, sofre a ameaça do calendário político.

Com a sucessão americana, os negociadores temem ter que esperar até o fim do primeiro semestre de 2009 para que a equipe de comércio do novo presidente retome o processo. A incerteza política aumenta devido às eleições nacionais na Índia, em maio, e para o Parlamento Europeu, em junho. Além disso, a rejeição da Irlanda ao Tratado de Lisboa tornou tenso o ambiente na UE.

Na semana passada, durante a cúpula do Conselho Europeu em Bruxelas, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, atribuiu o "não" irlandês às concessões agrícolas feitas pela União Européia na OMC. Disse ainda que considerava impossível um acordo na Rodada Doha sem o Tratado de Lisboa.

De passagem ontem por Genebra, o chefe de Relações Exteriores da UE, Javier Solana, minimizou a controvérsia e ressaltou a importância de um acordo na OMC. "Doha é a medida mais importante para a redução da pobreza. Se conseguirmos um acordo, será uma notícia fantástica para o mundo em desenvolvimento."

#### **Lamy marca reunião ministerial, mas Mercosul racha de novo - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2008**

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, fixou para 21 de julho o começo de uma reunião ministerial que representa uma última chance para um acordo agrícola e industrial na Rodada Doha. Deverão participar de 30 a 35 ministros representando diferentes interesses na negociação, mas a dificuldade para um acordo foi escancarada durante o próprio anúncio de Lamy, quando o Mercosul mostrou-se rachado, com Brasil e Argentina seguindo em direções opostas.

O diretor da OMC decidiu preparar a ministerial diante de "recentes progressos" nas negociações, acreditando numa chance acima de 50% para a obtenção de um acordo agrícola e industrial. Um desses progressos foi a flexibilidade adicional para as indústrias do Mercosul. Na semana passada, o Brasil paralisou a rodada para arrancar, três dias após, um compromisso dos Estados Unidos garantindo a utilização de toda a flexibilidade prevista no atual texto industrial, com 12% a 14% das linhas tarifárias sendo poupadas do corte inteiro que será acertado.

A Argentina avisou ontem, porém, que considera "totalmente inaceitável" o que está na mesa e que a proposta não é suficiente para fechar um acordo nessas bases. O subsecretário de Assuntos Comerciais da Argentina, Nestor Stancanelli, disse ao Valor que, pela proposta, o bloco continuaria a receber tratamento menos favorecido do que outros países fora de uniões aduaneiras.

Stancanelli exemplificou que as linhas tarifárias sensíveis do Mercosul são 1.456 - 16,5% do total. Acontece que a coincidência de tarifas a serem protegidas no bloco levaria Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai a só poderem proteger, na prática, até 10% das tarifas. "Se não temos 16,5% de flexibilidade, então é pior do que como país individual e não é possível aceitar que como bloco estejamos pior do que sozinhos", afirmou.

O Brasil argumenta que o acordo obtido no fim da semana era, no mínimo, igual ao que a Argentina já tinha aceito sobre o tamanho da proteção à indústria. Stancanelli retrucou que "essa nova metodologia não serve para garantir o que os países do Mercosul teriam individualmente".

Nos círculos comerciais, a posição Argentina soou como uma advertência de que um novo fiasco é bem provável na reunião. Enquanto o representante argentino insistiu que a coordenação existia com o Brasil, certos negociadores indagavam se afinal há diálogo ou não entre Brasília e Buenos Aires. O subsecretário argentino de comércio exterior evitou comentar a posição do Brasil, mas avisou que "o Mercosul tem que trabalhar unido e não ceder a pressões como bloco, porque o que está na mesa é totalmente inaceitável".

Nestor Stancanelli acusou os Estados Unidos e a União Européia de querer "retirar do Mercosul tudo o que podem". Reclamou que os dois gigantes do comércio mundial "não têm consciência" de que o bloco está apenas pedindo tratamento justo. E que isso também é bom para eles, pois "quanto mais o Mercosul cresce, mais aumentam suas importações".

Ele reclamou que Washington e Bruxelas não consideram esse aspecto econômico e "não aceitam a flexibilidade" para a indústria do bloco seguir crescendo". Ele disse que a Argentina quer contribuir com a liberalização na rodada, mas os países industrializados têm que pagar mais. "Se eles não entendem, não há acordo e a culpa é deles", avisou. Stancanelli diz esperar, em todo caso, que os países ricos "reajam positivamente, entendendo que todos devem ganhar na rodada e que não é possível que uns percam e outros ganhem".

Pascal Lamy disse aos principais embaixadores na OMC que ele planeja uma reunião ministerial que começará no dia 21 de julho. Mas a idéia é que os ministros cheguem a Genebra a partir do dia 19 para encontros informais no fim de semana.

**Para negociadores, Argentina está isolada no Mercosul** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 27/06/2008

O racha entre a Argentina e o Brasil, envolvendo proteção para as indústrias do Mercosul no acordo da Rodada Doha, ilustrou o isolamento de Buenos Aires no bloco, interpretam importantes negociadores em Genebra. E eles perguntam até que ponto Buenos Aires aguentará bloquear a negociação global.

Peter Allgeier, embaixador dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC), disse ao Valor que não ficou surpreso com o racha de Argentina e

Brasil. Para Allgeier, a proposta de flexibilidade para o Mercosul arrancada pelo Brasil e rejeitada agora pela Argentina, pode ajudar para um entendimento na OMC.

Alguns embaixadores entendem que não só a Argentina, mas outros vão assumir seus interesses nacionais de maneira mais incisiva, com a aproximação da reunião ministerial, para tentar obter mais concessão dos parceiros.

O que chamou mais a atenção nos círculos comerciais foi a maneira como o isolamento da Argentina no Mercosul explodiu em plena reunião na qual o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, fixou a data de 21 de julho para começar o encontro ministerial com os principais países para tentar salvar Doha.

O representante argentino, Néstor Stancanelli, considerou "inaceitável" a flexibilidade adicional para o Mercosul, e o embaixador brasileiro, Clodoaldo Huguene, retrucou que quem tinha um problema era a Argentina, não o Mercosul. O Uruguai apoiou o Brasil. Nenhum país se manifestou a favor de Buenos Aires, segundo participantes.

O mais curioso, observam fontes que tiveram acesso aos detalhes da mais recente proposta para o Mercosul, é que a Argentina terá ainda mais espaço para proteger sua indústria, com cortes tarifários menores, comparado ao texto original do mediador.

A avaliação mais comum em Genebra é de que Buenos Aires, de fato, quer arrancar novas concessões do Brasil. O comércio exterior dos dois países é diferente, tanto em tamanho como em composição. O Brasil tem um comércio exterior mais diversificado, enquanto as importações da Argentina estão concentradas em menos linhas tarifárias. Assim, a proteção que cada um deseja também é diferente. Nesse contexto, fontes estimam que Buenos Aires na verdade quer poder incluir mais linhas tarifárias sensíveis na lista do Mercosul, que não coincidem necessariamente com as do Brasil.

Agora o mediador da negociação industrial, o canadense Don Stephenson, vai convocar o Mercosul e os outros países na semana que vem, para discutir mais sobre as flexibilidades para o bloco, como também sobre acordos setoriais e outros temas não resolvidos. O diretor-geral da OMC fez uma aposta arriscada com a ministerial para julho, diante das persistentes divergências entre exportadores e importadores. Os últimos três encontros ministeriais fracassaram.

#### **AL está dividida com relação à Rodada Doha – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/06/2008**

A América Latina rachou em relação ao futuro das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ontem, Argentina, Bolívia, Venezuela e Cuba anunciaram ter dificuldades em aceitar os termos de um acordo para concluir a Rodada Doha. O Brasil se mostra mais disposto a fechar o processo e aprova a convocação de uma conferência ministerial em julho para encerrar a Rodada. Nos corredores, diplomatas brasileiros não poupam acusações à Argentina por bloquear o avanço das negociações. Para a OMC, a conclusão do processo daria um sinal positivo até mesmo para os mercados.

## **Lance crucial na rodada** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 30/06/2008

A mais ambiciosa negociação comercial de todos os tempos, a Rodada Doha, poderá fracassar, em poucas semanas, se não der certo o novo lance do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o francês Pascal Lamy. Ele convocou para o fim de julho uma reunião de ministros - um grupo de 30 a 35 - dos países mais influentes nas conversações. O objetivo é conseguir um acordo básico sobre os dois tópicos mais difíceis, a reforma do comércio de produtos agrícolas e a abertura dos mercados de bens industriais. Se o esforço der certo, ainda será possível, espera-se, concluir em pouco tempo as discussões sobre serviços e uma porção de pormenores muito complexos, porém menos sujeitos a controvérsias. O objetivo é terminar o trabalho ainda na gestão do presidente George W. Bush. O Congresso americano ainda terá de aprová-lo e isso dificilmente ocorrerá neste ano, mas pelo menos haverá uma definição do Executivo. Se a rodada não for concluída antes da posse do novo presidente, sete anos de empenho poderão ir pelo ralo.

O sucessor de Bush poderá ter muita dificuldade para manter os compromissos aceitos por ele. Se o eleito for o democrata Barack Obama, as dificuldades para levar adiante as discussões serão bem maiores, porque ele tem assumido vários compromissos de caráter nitidamente protecionista. Ele chegou a prometer até uma revisão do acordo com o México e o Canadá, os dois sócios dos EUA no Acordo de Livre Comércio da América do Norte, celebrado nos anos 90.

A reunião de Genebra deverá começar no dia 21 de julho e prolongar-se durante a semana. Pelo menos alguns ministros deverão chegar à cidade no dia 19 para conversas preparatórias. A conferência será informal. Os participantes não terão autoridade para decidir em nome dos 152 membros da organização, mas seu peso é julgado suficiente para influenciar a maioria dos demais governos.

Ainda haverá descontentes entre os não participantes, mas o trabalho de convencimento será provavelmente mais simples, se o encontro dos 30 a 35 ministros for bem-sucedido. Esse grupo incluirá representantes do mundo rico, dos maiores emergentes e também de diversas áreas em desenvolvimento. A pauta deverá cobrir uma extensa gama de interesses. Como todos os votos terão o mesmo peso na decisão final, os blocos mais pobres poderão criar um impasse na última hora.

Segundo a avaliação de Lamy, a chance de êxito na reunião informal é superior a 50%. Se não acreditasse nisso, disse o diretor-geral da OMC, não teria proposto o encontro. Se o esforço falhar, será quase impossível qualquer bom resultado nos meses seguintes.

Além disso, o órgão executivo da União Européia também será substituído em 2009. O negociador comercial do bloco, Peter Mandelson, deverá deixar o posto, juntamente com sua equipe. Seu substituto poderá ser mais sensível às pressões do presidente francês, Nicolas Sarkozy, e de outros políticos também pouco propensos a concessões em relação à agricultura.

Mesmo nas condições atuais os negociadores terão muito trabalho para eliminar as últimas divergências. Mas houve progressos, nos últimos dois meses, tanto em relação aos subsídios e barreiras agrícolas quanto em relação à abertura do

comércio de bens industriais. Os negociadores brasileiros têm demonstrado otimismo e dizem haver uma boa oportunidade para um acordo. Mas eles terão de se empenhar não apenas para chegar a um entendimento final com os negociadores americanos e europeus. Terão de se entender também com o governo da Argentina.

Segundo os diplomatas argentinos, as condições de proteção industrial negociadas até agora continuam sendo inaceitáveis para o Mercosul.

Os diplomatas brasileiros devem levar em conta essa avaliação. O Mercosul é uma união aduaneira e isso limita o espaço de ação do Itamaraty na busca de entendimento com europeus e americanos. Se tivesse de negociar sozinho, o governo argentino teria provavelmente de agir com maior flexibilidade.

Objetivamente, a conclusão de um acordo razoável na Rodada Doha é muito importante para o Brasil. O País não tem acordos bilaterais com parceiros de peso, ao contrário de outros emergentes, e apostou pesadamente nessa negociação. Deve empenhar-se muito, portanto, nesse lance coordenado pelo diretor-geral da OMC.

**Cúpula discute situação de migrantes e crise alimentar** - Ariel Palacios, San Miguel de Tucumán, Argentina – Estado de São Paulo – Internacional – 30/06/2008

Governantes dos países do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e Estados associados se reúnem hoje e amanhã em San Miguel de Tucumán, na Argentina, para discutir temas como o processo de integração, uma eventual crise de alimentos na região e uma nova lei da União Européia que pode levar à expulsão de milhares de imigrantes ilegais latino-americanos. Segundo fontes diplomáticas argentinas, os presidentes farão um pronunciamento contra a nova política da UE nesse setor.

Brasileiros e argentinos devem também discutir detalhes para a eliminação do dólar de suas transações comerciais, que passariam a ser feitas em moedas nacionais.

A presidente argentina, Cristina Kirchner, desembarca hoje em San Miguel para comandar a cúpula. A segurança na cidade, mesmo numa região governada por um aliado de Cristina, foi reforçada para evitar protestos da população contra a presidente, cujo apoio despencou de 56%, em janeiro, para 20%, em junho. No total, 300 integrantes da Polícia Federal vigiarão a área, além de 3 mil policiais provinciais.

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, deve chegar à cidade às 19h30, pouco antes do banquete de boas-vindas que Cristina oferecerá aos chefes de Estado.

Além de Lula e Cristina, participarão o venezuelano Hugo Chávez, o uruguaio Tabaré Vázquez, a chilena Michelle Bachelet, o equatoriano Rafael Correa, o paraguaio Nicanor Duarte e o boliviano Evo Morales.

Paralelamente à cúpula, ocorrerão algumas atividades pitorescas. Evo, que protagoniza há meses uma cruzada em favor dos jogos de futebol em cidades de



altitudes elevadas, como La Paz - que a Fifa pretende proibir -, será o astro de uma partida na Festa Internacional da Empanada, em Famaillá, a 30 quilômetros de Tucumán.

**CHÁVEZ** - Antes mesmo de desembarcar, Chávez já causou polêmica. Seus assessores, ao perceberem que o salão do Hotel Catalinas - onde ele se reunirá com seus colegas do Mercosul - se chamava Salão Império, exigiram que o nome fosse trocado, alegando que lembrava o “imperialismo ianque”. Assim, o salão passou a se chamar General San Martín, em referência ao militar argentino colega do venezuelano Simón Bolívar no processo de independência das repúblicas sul-americanas.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

**op**  
**pa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

